

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURAS E HUMANIDADES.

ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA
Retomada da Educação Xokleng

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

WOIE KRIRI SOBRINHO PATTÉ

Porto Alegre
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

WOIE KRIRI SOBRINHO PATTÉ

ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA
Retomada da Educação Xokleng

Dissertação de mestrado apresetada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Humanidades

Orientadora

Profa. Dra. Maria Aparecida Bergamaschi

Banca

Prof. Dr. Bruno Ferreira (I.E.E.I. Ângelo Manhka Miguel)

Profa. Dra. Magali Mendes de Menezes (PPGEDU/UFRGS)

Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes De Assunção (FACED/UFRGS)

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

PATTÉ, WOIE KRIRI SOBRINHO
ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA Retomada da Educação
Xokleng / WOIE KRIRI SOBRINHO PATTÉ. -- 2023.
90 f.
Orientadora: Maria Aparecida Bergamaschi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Educação Escolar Indígena. 2. Educação Xokleng.
3. Escola Xokleng. 4. Saberes tradicionais. I.
Bergamaschi, Maria Aparecida, orient. II. Título.

É um sonho meu, não só meu, mas de todos os professores indígenas nas salas de aula, nas universidades, que aqui nós precisamos ter professores indígenas também.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a compreender e a contribuir para dar uma direção aos caminhos que precisam ser tomados nos processos de construção da Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ/Xokleng. A pesquisa foi desenvolvida junto aos kuzó, aos professores(as) e alunos(as) na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, SC, por um pesquisador que pertence a este povo, que é professor bilíngue e que está preocupado em direcionar a escola indígena pelo caminho da autonomia, para que se torne uma escola específica, diferenciada, que ajude o povo e não destrua a sua cultura. É a contribuição de um pesquisador Xokleng na RETOMADA da educação tradicional, constituída pelos saberes ancestrais na construção de uma escola que seja mais adequada para o povo Laklãnõ/Xokleng. O objetivo principal desta pesquisa é compreender a educação escolar Xokleng e, por meio dos aconselhamentos das pessoas mais velhas, lançar diretrizes que apontem caminhos para uma Escola Específica e Diferenciada – ou seja, a retomada da escola a partir da sabedoria ancestral Xokleng. Com esta dissertação quero mostrar às secretarias de educação que existem caminhos específicos para uma escola indígena de verdade, sustentados por leis que foram conquistadas pelas lutas dos povos, como a Constituição Federal de 1988, leis que reconhecem que a escola deve funcionar na terra indígena para fortalecer o povo e de acordo com as decisões da comunidade, sempre no sentido de respeitar a cultura daquele grupo. Na elaboração deste trabalho acadêmico faço uma tradução do que aprendi ao longo da minha vida por meio da oralidade, por meio da própria existência junto com meu povo. Faço uma escrita que tem os traços da oralidade, pois quero contar aqui sobre a minha vida, sobre a história do meu povo, que aprendi na vivência coletiva. Fiz também uma pesquisa de campo, em visitas a pessoas mais velhas e à escola, em rodas de conversa junto com os colaboradores desta pesquisa. Como faço parte do povo Laklãnõ/Xokleng não tive dificuldade em realizar estes movimentos, falar e escutar, usando principalmente a nossa língua originária. Para compreensão da temática em estudo, assim como para análise dos dados, também houve a necessidade de aprofundamento bibliográfico, em que foram realizadas leituras de autores do povo Xokleng. Os resultados desta pesquisa indicam que não há ainda uma unidade construída acerca de qual é a melhor maneira de fazer uma escola que seja totalmente diferenciada, porque há uma dificuldade de aceitar a educação como sabedoria própria do povo Laklãnõ por parte da Secretaria de Educação de Santa Catarina, que impõe regras da escola do branco. Este trabalho é mais uma tentativa de dizer para os gestores públicos da educação escolar que precisam aceitar os conhecimentos, os processos próprios de aprendizagens, os saberes tradicionais na escola, junto com os demais saberes, juntos complementando a educação desenvolvida na escola.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Educação Xokleng; Escola Xokleng; Saberes tradicionais.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo comprender y orientar los caminos que deben tomarse en los procesos de construcción de la Escuela Indígena de Educación Básica Laklãñõ/Xokleng. La investigación se desarrolló con los kuzó, con los profesores(as) y estudiantes en la Tierra Indígena Ibirama Laklãñõ, SC, por un investigador que pertenece a este pueblo, que es un profesor bilingüe y que se preocupa por orientar la escuela indígena por el camino de la autonomía, para que se convierta en una escuela específica, diferenciada que ayude al pueblo y no destruya la cultura. Es la contribución de un investigador Xokleng en la RETOMADA de la educación tradicional, constituida por saberes ancestrales en la construcción de una escuela que sea más adecuada para el pueblo Laklãñõ/Xokleng. El objetivo principal de esta investigación es comprender la educación escolar Xokleng y, a través de los consejos de las personas mayores, elaborar directrices que señalen caminos hacia una Escuela Específica y Diferenciada – es decir, la retomada de la escuela a partir de la sabiduría ancestral Xokleng. Con esta disertación quiero mostrar a las secretarías de educación que existen caminos específicos para una escuela indígena de verdad, apoyados en leyes que han sido conquistadas por las luchas de los pueblos, como la Constitución Federal de 1988, leyes que reconocen que la escuela debe funcionar en la tierra indígena para fortalecer al pueblo y de acuerdo con las decisiones de la comunidad, siempre en el sentido de respetar la cultura de ese grupo. En la elaboración de este trabajo académico hago una traducción de lo que he aprendido a lo largo de mi vida a través de la oralidad, a través de mi propia existencia junto a mi pueblo, que aprendí en la vivencia colectiva. Hice también una investigación de campo, en visitas a personas mayores y a la escuela, en círculos de conversación junto con los colaboradores de esta investigación. Como soy parte del pueblo Laklãñõ/Xokleng, no tuve dificultad en realizar estos movimientos, hablar y escuchar, usando principalmente nuestra lengua originaria. Para comprender la temática en estudio, así como para el análisis de los datos, también hubo la necesidad de una profundización bibliográfica, en la que se realizaron lecturas de autores del pueblo Xokleng. Los resultados de esta investigación indican que todavía no hay una unidad construida sobre cuál es la mejor manera de hacer una escuela que sea totalmente diferenciada, porque hay una dificultad en aceptar la educación como sabiduría propia del pueblo Laklãñõ por parte de la Secretaría de Educación de Santa Catarina, que impone reglas de la escuela del blanco. Este trabajo es un intento más de decirle a los gestores públicos de la educación escolar que deben aceptar los conocimientos, los propios procesos de aprendizaje, los saberes tradicionales en la escuela, junto con los demás saberes, complementando juntos la educación desarrollada en la escuela.

Palabras clave: Educación escolar indígena; Educación Xokleng; Escuela Xokleng; Saberes tradicionales.

RESUMO NO IDIOMA XOKLENG

Enh vanh lag la la tog te, u like ku ag jópalag jó to **Laklãnõ/Xokleng**. te bo ten ke ven vã.

Kuzó blé paí to og jopalag jó ble geli õg to, entxo lan jó va, gó tó Ibirama Laklãnõ, SC, tã. Entxó Laklãnõ vã, og jó palag jó u va ve le, ag je kle li to ke jé txulu va, ku entxó vanh la tog me a mó ka bég vã, jug og den txi ag mó ka be le tog te me tug tun jé ke va, kuzó og je ke li ke je txulo ku enh vanh lan to ti, Constituição Federal de 1988 tog vu enh jo vanh gó nen ku entxó me a mo vanh lan vã, tog a jó ma tã na no den jé og jó palag jó, tog vu enh jo vanh gó. Vanh la la tog te ki enh je kle ki den entxo ve ki me ka ben vã. Laklãnõ og vã be le entxo kaben vã, og vanh ka ju ku ve le tog te me no den vã, kuzó og je kle ag mo ka be le lia ag to li ke txuluko zug to CRE secretaria og mu ag to ag jo ze ag je kle que gele og jopalag ko mag ge kle mu, zug og jopalag li je ke og mu.

Kuzó og je kle ki Jopalag, laklãnõ jopalag jó.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
PREFÁCIO – CARTA AO INVASOR DA MINHA TERRA	09
INTRODUÇÃO	12
1. SER LAKLÃNÕ/XOKLENG – MINHA HISTÓRIA	16
2. MODO DE SER LAKLÃNÕ/XOKLENG - O MEU POVO	21
3. SABER LAKLÃNÕ	31
4. A PESQUISA	41
5. EDUCAÇÃO PRÓPRIA LAKLÃNÕ	54
6. A ESCOLA LAKLÃNÕ	66
7. RETOMADA DA EDUCAÇÃO PRÓPRIA– PRINCÍPIOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS PARA A ESCOLA LAKLÃNÕ	71
POSFÁCIO - RETOMANDO A UNIVERSIDADE	74
REFERÊNCIA	85

APRESENTAÇÃO

Apresento aqui minha dissertação de Mestrado que realizei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É um texto que fala da minha pesquisa, que mostra a escola do meu povo se organizando para ter uma escola indígena de verdade. Por isso o título da dissertação: *ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA - Retomada da Educação Xokleng*. Esta dissertação é uma amostra da história do Povo Xokleng na luta pela terra, mas também pela escola, que hoje é um instrumento da resistência; a escrita, a caneta, o computador são hoje usados na luta pelos direitos, pela retomada da educação Laklãnõ/Xokleng como ferramenta principal de afirmação da educação tradicional e ancestral do povo Xokleng.

Início com um resumo na minha língua originária, para mostrar que ela existe, mas sobretudo para dirigir minhas palavras ao meu povo. São os professores e as professoras Xokleng que vão ler esta dissertação e com ela refletir sobre a escola que queremos, pela qual lutamos e com a qual sonhamos. Mas é também para a universidade que apresentamos esse trabalho, para que mais pessoas conheçam a educação de nosso povo, a nossa história, a nossa resistência.

O texto está organizado assim:

Na abertura, apresento uma carta que dirigi ao invasor de minha terra, contando os sofrimentos que a colonização trouxe para nós. Esta carta já foi publicada em um livro, mas achei oportuno trazer aqui, para que mais pessoas possam ler. Na introdução apresento a minha pesquisa e, principalmente explico a metodologia. Depois segue um capítulo que tem o título Ser Laklãnõ/Kokleng – minha história, onde me apresento e conto sobre a minha caminhada até chegar na UFRGS, como o primeiro estudante Xokleng. Na sequência, apresento o meu povo e o Modo de ser Laklãnõ/Kokleng. No capítulo 3 falo um pouco do saber Laklãnõ, um povo milenar que vive nesta terra que o banco europeu chamou de Brasil. E, no capítulo 4, me dedico a falar sobre a pesquisa, de como realizei o trabalho de campo junto com meus parentes, na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, SC. O capítulo 5 apresenta a Educação Própria de meu povo, que é mais importante do que a escola e é responsável pela formação das pessoas e a continuidade de nossa história. No capítulo 6 apresento a escola e no capítulo 7, que denominei Retomada da Educação Própria e a Escola, apresento princípios ontoepistemológicos e políticos. Por fim, como um pós-fácio, relato a luta pela retomada da Casa do Estudante Indígena – CEI/UFRGS.

PREFÁCIO

CARTA AO INVASOR DA MINHA TERRA¹

Retomada Floresta Nacional São Francisco de Paula, outubro de 2021

Foram dias tristes e que ainda continuam sendo...

Sendo massacrado e chamado de invasor em minha própria terra, você o invasor, que estuprou, assassinou, roubou minhas histórias e minha sabedoria. Além disso tudo, me considerou sem alma e chamou minha cultura de diabólica. Quero aqui te falar que você pode ter feito tudo isso, mas resisti e sobrevivi e quero de volta tudo o que é meu por direito, como herança deixada por meus antepassados há milhares de anos antes de sua invasão, em 1500. Escuta isso que te falo e me respeita, respeita os povos e as memórias dos nossos sábios, respeita nossas crianças, que não puderam se defender. Sou VAJ, filho de Xokleng que você roubou. Antes de você chegar e gritar, como se fosse dono desta terra, “antes do Brasil de coroa, existe o Brasil de cocar”, como disse Célia Xacriabá. Passou muito tempo, mais ainda ouço e sofro pelas mesmas coisas de 1500. Posso não ser mais massacrado por pistoleiros e bugreiros, mais agora sou atacado por esse governo assassino e genocida, que assina dentro de seu gabinete para roubar meus direitos, direitos conquistados com muita luta e garantido por leis deste país. Hoje o genocídio se dá também pela caneta. Devolva minha paz que tu roubaste, demarque minha terra: “sangue indígena, nenhuma gota a mais” (Kretã Kaingang). Minha história não começa em 5 de outubro de 1988, por isso digo não ao marco temporal², que desconsidera a história de meu povo. Minha história é milenar e exijo respeito por ela, pois estou aqui antes de sua invasão.

Há muito tempo antes da invasão do europeu, o povo Xokleng andava na mata e, comparando aos dias de hoje, seria como se você estivesse em sua casa: iam de Porto Alegre, RS ao noroeste de São Paulo. Caminhando em paz com as famílias faziam a

1 Esta carta foi elaborada como atividade final no Seminário Avançado *Epistemologias Críticas Mundiais: Educação Indígena e Interculturalidade*, ministrado pelas professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Marcia Esteves de Calazans no PPGEDU/UFRGS, em 2021/1. Posteriormente foi publicada em livro (CALAZANS, BERGAMASCHI, PINHEIRO, ESTIVALET, 2022).

2 A tese do marco temporal diz que os povos indígenas só podem reivindicar direitos pelas terras onde já viviam quando a Constituição Federal entrou em vigor, em 5 de outubro de 1988, desconhecendo a violenta história de colonização, invasão e ocupação indevida das terras indígenas.

colheitas de frutas, alimentos que a natureza dava em abundância sem precisar derrubar nem uma árvore. No caminho também tinha mel, peixes nos rios limpos e sem agrotóxico, havia muita caça na mata para alimentar a grande família Xokleng, que se identificava por marcas familiares. Nas matas, quando os grupos se encontravam, havia grandes festas, batizados, casamentos, furos dos lábios em cerimônias de passagem da criança para a vida adulta do homem guerreiro.

O povo Xokleng se dividia em grupos na grande casa que era a mata, para coletar. Em cada época, se encontravam para mostrar as tecnologias que tinham descoberto e a ciência desenvolvida pelos Kujá. A cultura era bem preservada e os velhos, os grandes sábios, ensinavam as crianças os cânticos tradicionais. Com a invasão do Brasil, a situação foi mudando, principalmente no sul do Brasil, onde hoje são os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois os colonizadores começaram a destruir a mãe terra, a natureza que nos dava tudo para sobreviver. O povo Xokleng teve que lutar contra o homem branco, que veio para roubar, destruir e matar; a ganância tomou conta de todos os brancos, que começaram a enviar pistoleiros, na época chamado de bugreiros, para matar os indígenas. No pensamento pobre de branco, os povos originários atrapalhavam o desenvolvimento do país.

Os Xokleng, assim como outros indígenas do Brasil, lutaram contra a invasão do território e muitos no nosso povo foram assassinados cruelmente. Para sobreviver tivemos que nos esconder em pontos estratégicos; fomos expulsos de nossas próprias terras; tivemos que fugir para sobreviver. Muitos saíram em várias direções e acabaram se separando das suas famílias. Bugreiros contratados caçavam dia e noite a mando dos colonizadores: sua tarefa era matar todos os Xokleng que encontravam e o pagamento destes bugreiros era um valor x por cada par de orelhas. Quando encontravam mulheres grávidas cortavam seus ventres e tiravam as crianças, zombando, falando “olha, é um macaquinho já vem com o cipó”, em seguida jogavam o bebe para cima e aparavam com a ponta do facão, mantando cruelmente a todos. Isso foi muito e triste doloroso e todos nós Xokleng trazemos isso na memória até os dias de hoje. Quase fomos exterminados e os poucos que ficamos ainda sofremos, esperando que as nossas terras sejam devolvidas através da demarcação.

Hoje me encontro na Floresta Nacional de São Francisco de Paula, na retomada do território que foi roubado do povo Xokleng. Hoje, eu e outros filhos da terra, filhos de um povo guerreiro que ainda chora a perda dos antepassados que morreram lutando para

que hoje pudéssemos estar vivos e continuar a luta pelo direito de viver em paz, criar nossos filhos e ensinar a cultura e a ciência do nosso povo. Enquanto viver, vamos estar sempre lutando por respeito. Hoje lutamos, resistimos para existir. Quero dizer a sociedade não indígena que ouça nosso chamado, ouça nosso clamor de sobrevivência. Que faça este governo nos ouvir e devolver para nós o que é nosso. Setores internacionais precisam pressionar o governo brasileiro para que respeite o que é nosso. Existem tratados internacionais que precisam ser válidos. A Constituição Federal precisa ser respeitada. Precisam demarcar nossas terras! Os países europeus que invadiram e ocuparam o Brasil precisam reparar as terras roubadas e a ONU precisa se posicionar. Já não sabemos mais para onde correr, pois quando uma liderança se levanta para defender seu povo, ele é criminalizado, processado, quando não é esperado em emboscada, morto numa esquina, assassinado numa beira de estrada. E nada acontece com quem mata, pois dizem que foi acidente, foi atropelamento. Só lideranças são atropeladas?

Hoje, sou eu que estou falando. Não tenho medo de morrer, tenho medo de perder nosso território. Podem me caçar, podem me mandar ameaças. Eu tenho dó dessas pessoas que não respeitam o seu próximo. Sou uma liderança Xokleng e vou lutar pelo povo Xokleng. Vou lutar para que a futura geração do povo Xokleng continue viva. O que eles não sabem é que quando matam uma liderança, tem várias outras para assumir o lugar. Podem derrubar um homem, mas há mil homens de pé para ocupar este espaço. Somos a natureza. Assim como uma árvore dá sua semente, nós damos a nossa, que já estão prontas para germinar.

Aqui termino minha carta e afirmo que vou continuar gritando, cantando, pintando, dançando com meu povo, na universidade e em todos os lugares onde eu estiver. Xokleng og vã, ju jó gy og vã, entxó enh gó to katej vã (sou Xokleng, sou guerreiro, vim buscar minha terra).

Woie Kriri Sobrinho Patté

INTRODUÇÃO

Nós estamos num sonho!
Nós, povos indígenas, ainda não é tudo aquilo que a gente quer, mas é um sonho. Hoje nós temos um Ministério dos Povos Indígenas, uma presidente da FUNAI, nós temos secretário da saúde que é indígena, a Secretaria da Saúde Indígena que era dos branco, branco dominava tudo.

Apresento aqui a dissertação de mestrado, que almeja retomar a educação tradicional, constituída pelos saberes acentrais e contribuir na construção de uma escola que seja mais adequada para o povo Laktlãñ/Xokleng. O objetivo principal desta pesquisa é compreender a educação escolar Xokleng a partir da escola situada na TI Ibirama Laklano, SC e, por meio dos aconselhamentos das pessoas mais velhas, elaborar diretrizes que apontem caminhos para uma Escola Específica e Diferenciada – ou seja, a RETOMADA da escola a partir da sabedoria ancestral Xokleng.

A minha ideia é contribuir para recomeçar a partir de onde paramos, ou de onde não nos deixaram caminhar no sentido de criar uma educação escolar própria, com inspiração nos saberes e conhecimentos ancestrais; uma escola que traz o conhecimento do branco em paralelo ao nosso conhecimento, o conhecimento Lakãñ. Quero mostrar às secretarias de educação que existem caminhos específicos para uma escola indígena, sustentados pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei N. 9394/1996), que reconhece que a escola deve funcionar na terra indígena para fortalecer o povo e conforme as decisões da comunidade, sempre no sentido de respeitar a cultura daquele grupo:

§ 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL, 1996)

Por isso, quero fazer valer a pena a pesquisa de um educador indígena, que faz parte de um processo da educação própria do povo Xokleng e da construção da escola que tanto sonhamos. Desde muito tempo este povo vem tentando colocar em prática os saberes dos

mais velhos na escola que existe na comunidade, mas que é contrariada pelo Estado e pelos gestores da educação escolar, que por muitos anos tentam apagar a nossa educação tradicional.

Parte da pesquisa foi realizada na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, localizada no estado de Santa Catarina, entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux, e Vitor Meireles. Mas trago também informações e conhecimentos que aprendi com os mais velhos, tanto em relação ao histórico de como a escola chegou na terra indígena e porque foi implantada na TI Laklãnõ, como também o histórico do meu povo, as lutas, as conquistas e, principalmente a educação própria, que é a educação tradicional. Além disso, conversei com os professores e a direção da escola, tentando compreender se eles concordam que essa via de mão dupla – que é o diálogo da escola com os saberes ancestrais – poderá ajudar a qualificar a educação escolar, já que considero a educação própria do povo Xokleng melhor para as crianças, pois contribuirá para a afirmação e preservação dos costumes e da cultura do povo.

Portanto, busco com essa pesquisa contribuir para a retomada da educação própria Xokleng, para deixar um marco na educação escolar, sensibilizando as secretarias de educação – responsáveis pela gestão das escolas indígenas – validando uma fala sobre os conhecimentos do meu povo. Também visou contribuir para tornar a sabedoria tradicional ancestral Xokleng uma referência para trabalhar e respeitar a educação própria e de qualidade, fazendo surgir a escola que sonhamos. Uma escola que ensine saberes do mundo branco, que são ferramentas importantes nos dias atuais, sem desrespeitar e desconsiderar a sabedoria ancestral.

O texto da dissertação está organizado conforme o pensamento Laklãnõ/Xokleng, com forma e organização própria, priorizando os conhecimentos da oralidade que trago de meu povo, quebrando a padronização de uma educação colonizadora de cabeça quadrada. Muitas vezes os próprios professores indígenas trazem para a sua escola o modelo da academia: um estudante indígena na universidade em geral se forma dentro de uma sala quadrada – inclusive as aulas através da videoconferência, que é um quadradinho também. Isso traz nossa ideia fechada, quadrada e o que você aprendeu aqui você vai multiplicar mais quadrada lá para frente, na sala de aula da tua comunidade. É isso que os professores indígenas aprenderam; os professores Xokleng aprenderam na escola não indígena. Vão para uma academia não indígena e voltam para a sala de aula com uma cabeça quadrada, que pensa

que o correto é ensinar o que aprenderam em sala de aula dos brancos, esquecendo de que o modo da nossa existência - do povo Xokleng -, é uma outra forma de ensinar e aprender ao mesmo tempo com os conhecimentos dos KUZÓ, que por muitos anos vem nós ensinando em qualquer lugar e momento, onde vamos estar sempre com riqueza de conhecimento, com um leque de conhecimento que ao mesmo tempo aprendemos muitas coisas.

Nós aprendemos andando, caminhando e brincando – pois foi assim que os nossos velhos faziam para nós ensinar; meu aprendizado foi assim, indo com o meu pai na reunião, indo nas conversas com os mais velhos, os Kuzó, fazendo visita brincando; se as crianças brincam na aldeia é ali que todos vão aprendendo, não só com os velhos, mas a própria comunidade ensina e aprende. Nessa resistência para existir, que falamos mais alto para que os brancos nós respeite. Mas por muitas vezes tentam nos calar. Então, precisamos dizer que há muitas coisas que aprendemos só praticando e que não há como explicar ou ensinar de outra forma.

Na elaboração deste trabalho acadêmico faço uma tradução do que aprendi por meio da própria existência junto com meu povo e coloco aqui por meio da escrita, propiciando ao não indígena entender a nossa especificidade. Faço uma escrita que tem os traços da oralidade, pois quero contar sobre a minha vida, sobre a história do meu povo, que aprendi na vivência coletiva. Segundo Bruno Ferreira, em sua tese de doutorado fala do método autoetnográfico, que é a “inclusão da experiência do sujeito pesquisador, tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa” (FERREIRA, 2020, p. 15), usando a sua memória oral, a sua história de vida, relacionando com as experiências coletiva do grupo. Por isso, o capítulo primeiro da dissertação conta a minha história, de como fui me tornando uma pessoa Laklãñ/Xokleng e ao mesmo tempo um indígena laklãñ estudante universitário, um professor e um pesquisador.

Também não posso dizer que esta pesquisa foi feita sozinha, pois ela traz as marcas, os traços coletivos, do que aprendi com meu povo nas conversas, nas risadas nas brincadeiras e nos momentos de reflexão sobre as perdas causadas pela violência da colonização. É uma pesquisa que tem a colaboração de muitas pessoas e que na academia também pode ser reconhecida como metodologia colaborativa.

Además, es necesario entender que la colaboración no ocurre entre los académicos y los indígenas como si fueran dos grupos monolíticos. Debido a que la investigación dentro de la organización indígena es básicamente un producto de las relaciones entre colaboradores y actores étnicos que

construyen su metodología investigativa conjuntamente, sería más productivo pensar la colaboración en términos de una retroalimentación entre activistas y académicos. [...] El trabajo de investigación en la organización indígena se hace a partir de talleres, metodología que presupone una contribución interpretativa por parte de la comunidad y no sólo de los investigadores principales. (RAPPAPORT y RAMOS PACHO. 2005, p.49).

Reconhecendo a importância da história do meu povo em relação a esta pesquisa, trago no capítulo dois a história do povo Laklãnõ/Xokleng e no capítulo três falo dos Saberes Laklãnõ, principalmente o que se refere a educação tradicional. Historicamente a escola não é nossa, nós a buscamos como ferramenta para nossa defesa. Mas precisamos tomar essa escola para nós, fazer a escola Laklãnõ uma escola própria, como sonhamos, para trabalhar do nosso jeito, como queremos e precisamos. Para que isso aconteça é necessário trazer a educação Xokleng para dentro da sala de aula, para complementar com outros conhecimentos e tornar ainda mais forte a luta do povo Xokleng. Considero então que tem esses dois caminhos, que requer andar de mãos dadas, porque a escola hoje, na tentativa de trazer essa educação Xokleng para a sala de aula, fica com muitas barreiras, principalmente dos gestores não indígenas que trabalham na Secretaria de Educação. Você não pode falar muito na sala de aula. Na disciplina de português, por exemplo, não pode falar muito sobre a educação Xokleng, porque acham que quando é aula de português só pode falar sobre o português e fazer prevalecer os saberes dos brancos. Por isso a pesquisa que realizo reverencia a história do meu povo, suas lutas e seus saberes. Queremos retomar esse saber tradicional para ensinar na escola, para tornar a escola um espaço de luta; uma escola que tenha a nossa marca, que fale a nossa língua, que respeite a nossa cultura e não seja apenas um lugar para aprender as coisas dos brancos e nos embranquecer. Queremos tornar o espaço escolar mais laklanonizado.

Trazemos esses saberes na escola, para compartilhar com a comunidade, buscando afirmar a educação própria e construir a educação escolar Lablãnõ/Xokleng. Fazemos isso porque a colonização tenta, de muitas formas, apagar a nossa existência; também porque nossos sábios estão falecendo e há poucos para ensinar a educação xokleng e os saberes ancestrais. A escola, por sua vez, abre espaços de luta onde poderíamos aprender com os professores. Porém, há uma barreira muito forte por parte das secretarias de educação, que acreditam que para nós o mais importante é o conhecimento do colonizador, mais importante

do que o saber Xokleng. Por isso o saber dos mais velhos está ficando um pouco para trás. Por isso, faço esta pesquisa, para afirmar a educação própria Laklãnõ/Xokleng: só a partir da educação tradicional podemos fazer uma escola própria, uma escola Laklãnõ. Também trago nesta dissertação como a escola chegou no meu povo, como ela foi se desenvolvendo e como ela está hoje. Por meio das fotografias que fiz da escola, no período que lá estive para aprofundar a pesquisa, apresento esta escola. Mais importante que apresento aqui são algumas ideias para contribuir na construção da escola que queremos, uma escola que respeite os conhecimentos Xokleng/Laklãnõ.

1. SER LAKLÃNÕ³/XOKLENG

Nós lutamos antes de tudo por um território, pela demarcação de um território indígena, porque antes da educação, antes da saúde, é um território pra nós podermos sobreviver e buscar outras conquistas dos direitos indígenas.

Sou Woie Kriri Sobrinho Patté, indígena do povo Xokleng, nascido na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, filho de Cândida Patté e Francisco Kaudag Patté. Nasci em um dia de muito frio, em 13 de julho de 1986. Do meu tempo de criança recordo das brincadeiras na aldeia: a mais preferida era brincar no colo do vovô, que cantava cantigas Xokleng e contava histórias do mato. Gostava também de ir brincar com meus irmãos e primos e as crianças da aldeia, que na época era chamada de Reserva Duque de Caxias, nome de um militar que foi dado pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio, órgão ligado ao antigo Ministério do Interior. Bom, assim fui para a escola aos 6 anos de idade. Outros meus irmãos já iam na escola: éramos nove irmãos. Sempre escutava de meu pai o conselho para estudar e aprender as coisas dos brancos, para que no futuro tivéssemos a mesma qualificação e assim fazer valer nosso conhecimento, nossa luta e fazer defesas nossas em qualquer lugar onde nós estivermos; estudar para não ser mais chamados de incapaz.

Lembro como se fosse hoje, meu avô chorando no canto, de manhã cedo. Eu, como toda criança, levantava cedo para brincar e na inocência perguntei: vovô porque você está chorando? E ele falou baixinho: saudades do papai mamãe quando estávamos em casa no mato. Um dia saímos cedo pra brincar, voltamos aos gritos: vamos, corram, estamos sendo atacados! Salvem-se! Então corremos para um canto. Foi um dia triste, por isso estou a chorar. Então fui brincar, mas passei o dia pensando nisso. Juntei tudo e guardei na memória.

Fui para escola e no meu primeiro ano reprovei porque não sabia falar e entender a língua do branco, porque a avaliação era o conceito do colonizador, visto que a minha primeira língua é o Xokleng. Reprovei até a 4ª série: um ano passava e outro reprovava; era avaliado até o meio do ano como 1ª série, forte e fraco e, assim, fui levando. Quando estava na 4ª série meu pai e outras pessoas da comunidade se reuniram e foram fazer a retomada de uma parte de um território que havia sido vendido aos brancos colonizadores pelo chefe do posto, como

3 Laklãnõ, povo do sol, clã do sol, povo que caminha com o sol, nome de uma família dominado Laklãnõ, da mesma família do tronco linguístico Jê.

era chamado Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Lá fui eu acompanhar meus pais: enfrentamos frio, fome e tiros de arma de fogo. Ficamos em barracas, com pequenas lonas de plástico e umas folhas de palmito juçara e ali permanecemos por 10 anos. Nesse tempo íamos na escola dos brancos, um lugar onde o preconceito, o racismo dos professores e dos alunos brancos eram constantes. A dificuldade de entender a forma que nos ensinavam era difícil, porque era só em português. Porém, mesmo com as dificuldades, fui aprendendo.

No ano de 2000 fui aprovado com uma bolsa de estudo na Escola Agrícola Federal de Rio do Sul, hoje chamado Instituto Federal de Rio do Sul. Como o nome diz, fica na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina. No segundo ano tive que abandonar esta escola, pois fiz uma cirurgia de apendicite, fiquei um mês de licença-saúde e quando voltei tinha perdido umas provas e não conseguia mais acompanhar a turma. Aí então retornei pra aldeia e, para não perder o ano de aula, fui para a Escola Clemente Pereira, outra escola dos brancos; repetiram-se as mesmas coisas, pois o racismo e o preconceito eram ainda maior, porque era na cidade onde todos nos odiavam, devido à retomada da terra. As lideranças várias vezes tinham pedido escola própria na aldeia para não haver mais essas coisas. Então, em 2005, no meio do ano, deu uma briga entre alunos brancos e indígenas. A partir daí as lideranças fizeram uma ocupação da escola que estava quase terminada na aldeia e optaram por dar continuidade do ano letivo na escola Laklãñõ que ate aquele momento estava com um prédio quase por terminar. Assim, nesse ano inicio as aulas na Terra Indígena Laklãñõ.

No final de 2005 conclui o ensino médio, a primeira turma a se formar na escola Xokleng. A vontade de ir para universidade era grande, mais meu pai pediu para lhe acompanhar nas reuniões, assessorando-o. Era muita coisas pra mim: estava recém formado, sem emprego, mais acompanhei meu pai por 5 anos, atrás de uma educação boa e de qualidade, que é um sonho. Fomos a outra retomada, hoje em processo de reintegração de posse pelo estado de Santa Catarina e que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal, enfrentando a violência legislativa do marco temporal⁴. Mas a minha caminhada escolar e

4 O Marco Temporal considera que os povos indígenas só teriam direito à terra se tivessem a sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Consideramos que isso é um golpe contra os direitos indígenas, pois sabemos que essa terra chamada Brasil foi invadida e não descoberta. Com a chegada dos colonos europeus, o Estado brasileiro e os governadores dos estados começaram a vender e a doar as terras dos povos indígenas e muitos foram expulsos dos territórios que viviam há centenas de anos, massacrados, violentados e mortos. Outros que sobreviveram, tiveram que fugir para mais longe, para que pudessem viver e dar continuidade ao seu povo e hoje, com as leis conquistadas, voltam para retomar pequenas partes do que deles foi usurpado. Porém, muitos povos foram exterminados.

acadêmica deu continuidade quando fui à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2011, fui para universidade cursar a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica⁵. Sonho realizado e de meu pai também, que fez três vezes o 4º ano, pois o sonho dele era cursar mais níveis de escolaridade. Meu pai não pode me acompanhar nos meus estudos, pois faleceu em março do mesmo ano que ingressei no ensino superior.

Fui à universidade buscar conhecimento para dar continuidade na luta por dias melhores e a minha trajetória até aqui não foi muito fácil, foi difícil, primeiro que a minha língua materna é Xokleng. Foi difícil o período de minha graduação, pois durante esse tempo da faculdade perdi meu pai, minha mãe e dois irmãos; tempos em que quase desisti. Foi então que lembrei que estava ali era para FAZER ACONTECER o desejo de um povo que clamava por respeito, direitos e visibilidade.

Então me formei na universidade, na Licenciatura Intercultural Indígena, graça à luta dos povos indígenas sobre a formação de professores, que também lutou para ter formação de estudantes indígenas na universidade. A Lei de Cotas foi uma conquista dos povos para entrar na universidade. Aqui na UFRGS essa lei é de 2008, mas ela só foi complementada em 2012, quando nós estávamos no curso de Licenciatura na UFSC. Alguns já sabiam desta lei, mas a universidade não divulgava muito para os indígenas, dizendo que esta lei permitia entrar na universidade como uma reparação histórica de todos os malefícios que a colonização trouxe para nossos povos, muitos exterminados.

Consegui terminar a graduação e formado professor bilíngue fui trabalhar na Escola Laklãnõ, numa terra retomada e já homologada: Terra Indígena Ibirama laklãnõ, SC. Em 2017 lecionei as disciplinas de Ciências e Biologia e atuei também como coordenador de cultura da escola. Foi muito bom trabalhar, pois aprendi muito com a escola; com os alunos criamos um grupo de dança de acordo com os costumes Xokleng e que apresento nesta fotografia.

5 Curso Superior Específico destinado à formação de professores dos povos indígenas que vivem na parte meridional do Bioma Mata Atlântica: Guarani, Kaingáng e Xokleng. O Curso é desenvolvido de acordo com a Pedagogia da Alternância, com um Tempo Universidade e um Tempo Comunidade. Tem quatro terminalidades: 1) Licenciatura da Infância: Formação inicial comum para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas indígenas; 2) Licenciatura das Linguagens: ênfase Línguas Indígenas; 3) Licenciatura em Humanidades: Ênfase Direitos Indígenas; 4) Licenciatura do Conhecimento Ambiental: Ênfase em Gestão Ambiental. (<https://licenciaturaindigena.ufsc.br/curso/>)

O grupo JU JÓ GY ÕG VA,



Foto: Arquivo pessoal

No final do mesmo ano fui convidado a ir para uma retomada, no município de Marretes, próximo a Curitiba, no Paraná. Nesta retomada elegemos como prioridade a educação dos alunos e fomos à Secretaria da Educação do estado pedir a criação de uma escola, sendo que o secretário apontou muitas dificuldades, entre elas o fato de que não havia um prédio para que pudessem contratar professores e iniciar aí uma escola. Nem sequer deram prazo de 60 dias para construir um prédio para a escola, pois só com o prédio a Secretaria poderia contratar os professores. Com este desafio, construímos a escola em 20 dias e então começamos com um aluno em cada série, desde o 1º ao ano 8º, conforme exigência da SEDUC. Outro impasse foi que teria que ter um professor já concursado na rede estadual, para que pudesse ser contratado como diretor e assim ter a autorização para abrir a escola. E lá fomos de novo: achamos um professor kaingang em Rio das Cobras, uma Terra Kaingang do Paraná, que foi o primeiro diretor desta escola. Começamos a trabalhar, mas com dificuldades, visto que também foram contratados professores não indígenas. Vi de perto tudo o que eu próprio havia passado em sala de aula: as crianças que são falantes de sua própria língua materna tinham dificuldade em aprender e até mesmo de falar, pois tinham medo de falar errado.

No entanto, diante de todas essas dificuldades, vi a possibilidade de tentar um mestrado em Educação e trazer para dentro da universidade esses desafios educacionais: pesquisar e colocar no papel como trabalhar com a educação indígena na escola. Hoje estou escrevendo isso para que possa ser a minha melhor contribuição para o meu povo Xokleng. A vida Laklãnõ/Xokleng é luta sempre: quando cheguei no Rio Grande do Sul participei da retomada de um território Xokleng em São Francisco de Paula, onde estamos lutando para abrir uma escola para nossas crianças, para ensinar uma educação escolar intercultural e de qualidade, que é o que sonhamos há muito tempo. Hoje estou na CEI – Casa do Estudante Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma conquista que demarca a UFRGS como território indígena.

2. MODO DE SER LAKLÃÑÕ/XOKLENG - O MEU POVO

Mas quando eu vou falar sobre educação indígena, ela é por todo o território Xokleng, não é uma sala de aula dessas onde vai se dar a educação; existe a educação escolar indígena, que é dentro de uma sala de aula, e a educação própria do povo xokleng. E sem dúvidas, tem várias coisas, é um leque de conhecimento que os nossos velhos tem e que trazem pra nós.

Em tempos passados o povo Xokleng habitava região sul Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Viviam com fartura de alimentos, principalmente caça, colheita de mel e pinhão, um dos seus principais alimentos.



Verde = Território histórico dos Xokleng
Fonte: SANTOS, 1988.

O povo Xokleng é um povo muito antigo. Essa antiguidade é reconhecida também por estudos e pesquisas realizadas pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Por meio de pesquisas arqueológicas foram encontrados materiais do povo Xokleng que comprovam a sua existência nesta região em 2.860 a.C, ou seja, há quase 5 mil anos atrás. O primeiro

contato com a sociedade não indígena é recente, ocorreu em 1914. Depois do contato, os Xokleng tiveram muitas perdas do seu território original e grande parte foi invadido e roubado por colonizadores que os deixaram no vale, perto do rio, onde tinham menos espaço para manter seus costumes.

Eu sou a continuidade do meu povo que por onde passo reafirmo quem sou eu de onde vim e para onde vamos sou originário desse território brasileiro.



Foto: Arquivo pessoal

Como vimos, o povo Xokleng foi o último povo indígena a fazer contato com um povo não indígena nesta região sul do país, pois há mais de 100 anos atrás o povo Kaingang já tinha contato com os brancos. Os mais velhos contam que teve três tentativas do contato antes de 1914, mas só em 22 de setembro de 1914 se fez o contato com os brancos. Não se sabe o horário certo, mas foi depois do almoço que se fez esse encontro, quando o sol já estava descendo.

Quando eu falo **branco** estou referindo aqueles que fizeram o primeiro contato e que

chamaram o contato violento de “pacificação”⁶. Porém, em nossa resistência, até hoje não fomos pacificados, porque na nossa visão sempre fomos livres e é desse modo que nós vamos viver, lutando para não ser submetido ao poder colonizador. O branco que fez o primeiro contato e que chegou para pacificar achou que ia exterminar o nosso povo, o nosso modo de viver. Pacificar, no entendimento do colonizador sempre tentou nós silenciar, apagar, exterminar para que este território original do povo Xokleng fosse vendido para ocupação colonial. Mas até hoje estamos lutando para garantir nosso território, em luta para afirmar nosso modo de viver, nossos conhecimentos, nossa cultura é principalmente para nossos territórios que foram usurpados. A luta se dá porque o branco não aceita as nossas diferenças, não aceita a necessidade da demarcação de um território que seja reconhecido como Terra Indígena, terra do povo Xokleng. Por isso vivemos na luta, desde os primeiros contatos.

Desde então, o SPI veio como o Serviço de Proteção ao Índio. Porém ele não tinha nada de defesa e nem de proteção, pois nossos antepassados foram escravizados, dominados pelo chefe do posto do SPI, que os ameaçava com arma de fogo. O modo como atuava este órgão estatal era para exterminar, era para acabar com a cultura indígena Xokleng e colocar entre os povos indígenas o progresso da sociedade não indígena. Entre nosso povo se pensava: qual é o progresso? Com o passar do tempo começamos a pensar de outra forma, considerando que nós estávamos regredindo e o progresso era daquela localidade não indígena que ocupava nossa terra, o progresso era do município, ocupado e dirigido pelos brancos. Então foi dito: "para com tudo isso que está acontecendo", pois este é o pensamento do branco. Mas o nosso pensar ainda é daquele jeito, com os conhecimentos da mata: vamos existir e vamos viver da mata. A imagem que segue mostra a casa do chefe do posto, construída no território Xokleng.

6 Clovis Antônio Brighentti explica que o SPI considerava as terras Xokleng como de sua propriedade. As poucas terras reservadas como acordo de pacificação, escreve o historiador, “foram sendo reduzidas, dos cerca de 40 mil hectares reservados no início do século restou aos Xokleng menos de 15 mil. Acordos, negociatas e abusos foram marcas no processo de roubo das terras. Em 1963, uma invasão é organizada por empresários regionais com centenas de famílias camponesas para roubar os últimos 15 mil hectares. Sozinhos e sem apoio, as lideranças indígenas se deslocaram a pé até capital do estado para denunciar e cobrar uma solução”. <https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/> Acesso: 07/03/2023.



Autoria desconhecida

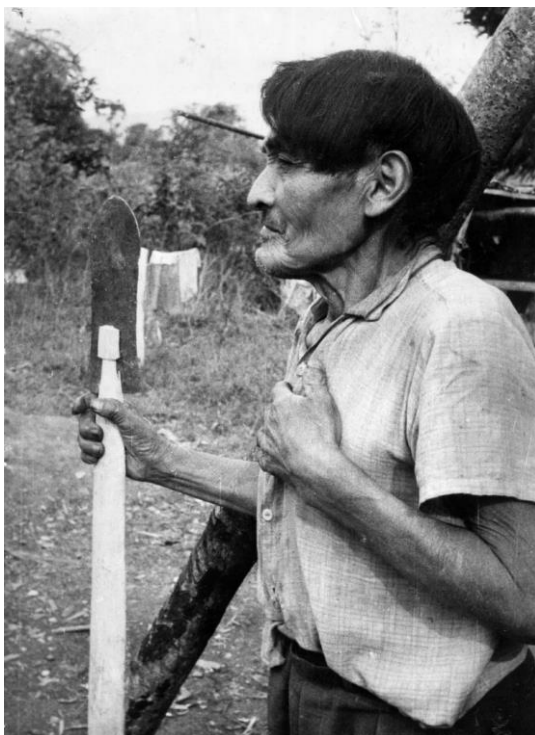
Trago essa imagem da casa para observar e refletir sobre quão grande era o poder deste chefe, chamado Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, que intimidava, massacrava, escravizava. “Ele prometeu nos livrar dos bugreiros. No começo era assim; depois, não”, recordou o ancião Caxias Popó. Antônio Caxias Popó Xokleng vivia às margens do que resta do rio Platê, degradado pelos efeitos da Barragem Norte, em uma casa simples, com varanda, sobre um barranco. A estrada de terra e cascalho passa ao lado, aberta em tempos recentes, levando a outras aldeias da Terra Indígena Laklaño-Xokleng. Popó, como é mais conhecido, morreu no dia 15 de maio de 2019, aos 80 anos. Faço esta referência para afirmar a memória de uma das grandes lideranças do nosso povo Xokleng. Antonio Caxias Popó, em uma entrevista dada ao CIMI⁷, recordando dos tempos do SPI e da organização coletiva do povo, falou assim:

Obrigavam a gente a usar roupa, rezar e a trabalhar nos horários dos brancos. Mas nós não vamos mais ser bobos. Temos que ser mais esperto que os brancos. Estudar, ir para a escola. Assim eles não nos engana mais, não matam mais. Ficar contra eles acabam com a gente. Era assim que se pensava. (CAXIAS POPÓ)

A estratégia contra o genocídio causado pelos bugreiros deu resultado, apesar de toda dor e sofrimento com a violência do SPI. Nesta entrevista que cito aqui, Popó fala da importância das lideranças da época e evoca a lembrança de seu sogro, Kovi Pathá, que foi

⁷ Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação do CIMI. <https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/>

um dos bravos guerreiro Xokleng, com grande sabedoria negociou com os brancos. “Por um tempo e foi assim” repetiu Popó: “Os bugreiros estavam matando o povo e a pacificação era o único jeito de parar aquilo. Então a aldeia aceitou. Prometeram o fim das mortes. Mentiram pra gente e nos judiaram bastante”



Kovi Pathé, liderança da época do contato, em registro de 1963.
Foto: Sílvio Coelho dos Santos

Depois da “pacificação”, não demorou muito tempo para os brancos contruírem uma barragem no território demarcado. Esta barragem foi contruída para salvar os brancos que viviam na região abaixo da Terra Xokleng/Laklãnõ e tinham suas cidades inundadas nos períodos de grandes chuvas. Não se intimidaram em matar e destruir o povo Xokleng, mentindo e enganando as lideranças da época, que não entendiam bem o português e muito menos o que seria uma barragem. Os brancos alegaram que era um empreendimento que iria fazer bem para toda a comunidade, trazendo emprego. No entanto, trouxe tudo de ruim, entre elas as doenças. Na verdade, acabou com a aldeia que ficava perto do rio, inundando tudo e ainda hoje destrói a Terra Indígena, pois dividiu o povo, que alí vivia em mais de nove aldeia. Então, se conclui que ao longo da história Xokleng, desde o contato com a sociedade não indígena ocorrido em 1914, a situação se agravou na década de 1970, com a implantação de uma barragem para conter as cheias do médio vale do Itajaí.

Imagem da construção da barragem em plena Terra Indígena Laklãõ/Xokleng e do acampamento de luta para reivindicar indenização dos estragos materiais e imateriais causado pela barragem.



Foto: arquivo pessoal

Dias mais tristes são esses, em que quase todo ano acontece a enchente que cobre grande parte da Terra Indígena Xokleng/Laklanõ, conforme a foto que segue.



Foto: arquivo pessoal

Existem poucas pesquisas realmente realizadas com o povo Xokleng. Os pesquisadores

vão lá, escrevendo duas páginas sobre nosso povo e depois não retornam com o trabalho. É muito recente a colonização que quase acabou com o meu povo. Meu tataravô foi levado para França e nunca mais voltou, sou da descendência dele, eu e minha família PATTÉ. Hoje, ainda os mais velhos chamam uma Terra Indígena de posto, e esse nome é porque os colonizadores, junto com o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, colocavam a estrutura de poder dentro do território e faziam chamar de posto – a partir deste posto levavam a gente, como foi o caso do meu avô. Hoje, você vai ver no livro do professor Silvio Coelho dos Santos⁸ histórias de pessoas que foram levadas para França, Alemanha e nunca mais voltaram. Esse livro conta também outras violências e atrocidades realizadas contra o povo Xokleng a partir do século XX. A luta dos povos indígenas sempre foi árdua. Além de toda a atrocidade dos brancos, os nossos mais velhos contam que naquele período, logo depois dos primeiros contatos, veio uma grande chuva e inundou toda aldeia, causando perdas das casas, bem como das plantações que eram o sustento de suas famílias.

Depois de 1.500, com a invasão europeia, as civilizações originárias do Brasil inteiro sofreram bastante com a colonização e com o massacre que levou quase ao extermínio dos mais de mil povos que aqui existiam. Com o povo Xokleng não foi diferente: foi um massacre que durou muito tempo, que exterminou comunidades inteiras e resultou na perda de todos os espaços que tínhamos. Hoje, grande parte do povo que sobreviveu se encontra em Santa Catarina e uma parte ficou em outra Terra Indígena Xokleng, situada no Paraná. Atualmente, estamos retornando aos nossos territórios ancestrais, também no Rio Grande do Sul. Estamos na Retomada de um território Xokleng em São Francisco de Paula, de onde, há poucas décadas atrás, fomos expulsos da nossa própria terra.

Atualmente, todo meu povo não ultrapassa de 3.500 mil pessoas. Quando na mata, haviam milhares vivendo livres. Os Xokleng da Região Sul são um dos grupos mais antigos do Brasil. A voz e o grito nas lutas que ressoam nas repartições públicas são gritos de resistência. Os Xokleng não usam mais o botoque, que se perdeu com a invasão e o massacre que aconteceu com a colonização. A escola faz um papel fundamental de resistência, trazendo os conhecimentos dos mais velhos, que ensinam na cultura os Xokleng, fornecem ferramentas para a luta. Como outros povos indígenas, decidimos por nós mesmos e lutamos por todos, pela

⁸ Trata-se do livro *Os Índios Xokleng - Memória Visual*, publicado em 1997 pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos, que relata estas e também outras atrocidades praticadas pelos colonizadores brancos contra o povo Xokleng.

nossa autonomia e protagonismo. Hoje é dessa forma que nós, universitários indígenas, contando nossa história também lutamos para preservar o pouco que nos restou, retomando espaços que nos foram usurpados pelos brancos e assim dar continuidade à vida Xokleng. É esse o movimento que me encoraja e capacita para continuar Xokleng, povo de luta e resistência, que grita e luta pelos seus direitos e pelo sonho de manter vivo e retomar um pouco do que foi roubado de nós.

Nós estamos perdendo os mais velhos, que vão falecendo. Se não pesquisarmos e colocarmos nossa sabedoria nos papéis, como os brancos fazem, não vamos mais ter onde buscar o pouco que hoje ainda temos. A escola pode fazer este papel, de registrar e repassar, de ensinar a educação Xokleng às gerações mais novas. Os sábios, os mais velhos, estão deixando de ensinar, pois a colonização veio de forma a destruir o processo de ensinar a educação Xokleng. A escola que vem de fora educar nossas crianças vem de forma diferente de nossa educação, feito uma moldura criada para ensinar uma criança branca. É isso que as secretarias de educação vêm fazendo, quem impor este modo de educar, sem considerar a educação própria do povo e da comunidade. O que faz nosso caminho da persistência e re-existência é colocar na escola a educação própria, em que ensinamos de acordo com a nossa cultura, com toda a nossa especificidade. Assim, como a educação própria do nosso povo, que não precisa acontecer somente dentro das quatro paredes de uma escola, queremos ter o direito de fazer práticas escolares diferenciadas, que saiam do quadrado da sala de aula imposta para nós. E é justamente isso que o Estado não aceita, porque quer embranquecer nossos corpos e nossas mentes, para que percamos o nosso caminho. Mas, não vamos aceitar: nossa luta como educador vai além das casas de alvenaria, dos prédios escolares; vai no caminho de formar alunos em lideranças, prontos para enfrentar esse mundo colonizador que em todo momento nos desafia.

O povo Xokleng aprende na escola a língua portuguesa, como uma ferramenta de luta para defesa dos interesse do seu povo para dialogar, mas também para aprender a estratégia do branco contra o povo Xokleng. Na língua originária, as lideranças falavam: “Vamos estar junto com os Zug⁹ para saber seu pensamento”, pois assim, quando acharem que apenas falamos Xokleng, estaremos ali ouvindo o que estão planejando contra nós. Pois sempre foi assim, os brancos ameaçando a nossa existência, nos chamando de invasores em nosso

9 Como se chama em nossa língua o brancos, o não indígena.

território original.

O povo Xokleng é originário deste continente e dominava, no passado, a região de Mato Grosso, noroeste de São Paulo e Sul do Brasil. O início de sua grande história se deu no que hoje denominamos Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os povos indígenas não se reconhecem por estados, conforme a divisão geográfica e política feita pelo Estado brasileiro. Nós nos reconhecemos por território, porque os estados dão limites que não são os nossos. Por exemplo, o povo Guarani abrange quase toda a América do Sul e como outros povos indígenas, é considerado “transnacional”, pois não reconhece os limites impostos pelo Estado brasileiro e vive de acordo com a territorialidade ancestral.

Durante a caminhada do povo Xokleng, a educação e um tipo particular de escola sempre existiram, mas no modo, no jeito e na visão de educar Xokleng. Hoje, você fala em educação e já pensa na escola e parece que a educação é relacionada somente com a escola. O povo Xokleng sempre transmitiu o conhecimento tradicional de forma própria, através da oralidade, mas quando se fala somente de oralidade é como se tirasse os aspectos educativos do artesanato, por exemplo. Arco, flecha e cestos também são educação e revelam conhecimentos milenares. Neles contém a matemática, a história, a física, pois nossos sábios Laklãnõ são grandes pedagogos, antropólogos e físicos também, que contavam e cantavam nossas histórias e transmitiam os conhecimentos próprios. É uma forma de resistência diante da violência dos colonizadores. Uma das ferramentas para a retomada dos espaços de vida Xokleng é a educação tradicional, que é guardada e transmitida de geração para geração.

A língua Xokleng é a essencial para a existência do povo. É muito difícil para um branco aprender o nosso idioma Xokleng. Para pronunciá-lo tem que enrolar a língua, senão não consegue. Eu tenho uma cunhada que é de origem alemã e aprendeu português-xokleng, ela aprendeu Xokleng junto com o Português. Uma parte da língua Xokleng ela fala fluentemente, pois aprendeu com a minha avó que não falava português. Então ela aprendeu a falar para poder se comunicar com a minha avó. A língua Xokleng é uma ferramenta e uma arma. Eu falo o idioma Xokleng com os meus parentes e trabalho de uma forma, falando em português para responder as perguntas dos brancos. Então, a língua própria é uma ferramenta de defesa, como já não é mais usado o arco e flecha, nós usamos a nossa língua. Por isso, tenho receio de estar passando nosso conhecimento, mas algumas coisas ainda compartilho. Porém, se você conversasse com um mais velho ele falaria que não deveria ensinar. Nesse sentido, guardamos alguns conhecimentos mais profundos, que só podem ser transmitidos em nossa

língua e para nós, pessoas pertencentes ao nosso povo.

A nossa língua tem particularidades na entonação: se você me ouvir falar com outro Xokleng parece que estamos brigando, mas estamos falando calmamente, falamos apontando, aumentamos a voz para expressar. Uma vez estava falando com um parente meu na rua em Curitiba e alguém nos gravou e depois quis mostrar para a gente e perguntou se estávamos brigando e eu respondi que não. Lá eles não conhecem nada sobre os Xokleng, só sabem aquilo que é mostrado pela televisão, que em geral não são verdades. Então, para aprender e falar o Xokleng é preciso conviver.

Em sua pesquisa, Gakran (2015) traz Laklãnõ/Xokleng como nome do nosso povo e essa parece ser uma “descoberta” recente, visto que a maioria das pessoas usam apenas o termo Xokleng para nos designar. Porém, ao longo da nossa história, o termo Laklãnõ já era de nosso conhecimento, pois já se ouvia dos mais velhos, que foram transmitindo de geração a geração através da oralidade.

Passados mais de oitenta anos de contato com a sociedade branca, a comunidade decidiu pesquisar sobre esse termo, pois queria uma nova autodenominação para si própria que os identificasse como povo. Nesse sentido, a própria comunidade tentou pesquisar juntos aos anciãos sobre o termo Laklãnõ. Nessa pesquisa, a própria comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se “Laklãnõ”, ou seja, ‘povo que vive onde nasce o sol’ ou ‘gente do sol’ ou ainda ‘povo ligeiro’. Entretanto, do ponto de vista linguístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja próxima de “os que são descendentes do Sol” (ou, mais tecnicamente, do ponto de vista antropológico, “os do clã do Sol”). Desse modo, o termo “Laklãnõ” vem ganhando espaço político, interno e externo. (GAKRAN, 2015. p. 26)

Segundo outros sábios Xokleng, a pesquisa de Gakran não se deu conta que dentro das famílias Xokleng que compõe a Terra Indígena Ibirama Laklãnõ existem outras origens; são grupos diferentes pertencentes a mesma clã e, portanto, algumas famílias não se reconhecem com Laklãnõ. Isso mostra que é preciso ser feito outras pesquisas sobre as famílias que se encontram neste território Xokleng de Ibirama. Por exemplo, eu e minha família somos PATHA e não nos reconhecemos parte dos Laklãnõ. A pesquisa que trouxe o nome Laklãnõ, mesmo parcial, não deixa de estar correta e já supera as informações trazidas por pesquisadores brancos, que não tiveram conhecimento de todos os grupos que compõe o nosso povo. Dentro do povo Xokleng há outras famílias, que são Vãjeki, Pathá, Laklãnõ, Klendó. Hoje tem o registro da Terra Indígena Laklãnõ e o nome do povo como Lakãnõ é porque, como mostrei acima, decorre de uma pesquisa do Professor Doutor Namblá Gakran

que se aprofundou só em uma família. Então precisamos ampliar as pesquisas.

Segundo Santos (1973), o termo Xokleng, pelo qual o meu povo é conhecido, tem provocado muitos debates desde o primeiro momento de contato com a sociedade não indígena. Várias denominações foram dadas para este povo, ou seja, foram as mais variadas: bugres, Botocudos do sul, Aweikoma, Xokleng, Xokrén, Kaingáng de Santa Catarina e Aweikoma-Kaingáng. Estas últimas denominações foram dadas devido à proximidade linguístico-cultural existente entre os Xokleng e os Kaingáng, ambos pertencentes ao troco linguístico Macro-Jê.

3. O SABER LAKLÃNÕ

Então durante a noite é que eles ensinavam a falar a língua, durante a noite que contavam as histórias, durante a noite que ensinavam tudo sobre a Educação Laklãnõ/Xokleng

Trabalhei como professor em duas escolas indígenas - uma em Santa Catarina, na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ e outra no Paraná, na cidade de Morretes, em um território multiétnico Kaingang, Guarani e Xokleng. Vi muitos alunos Xokleng, kaingang e Guarani com dificuldade em aprender nos anos iniciais, porque, como são falantes de suas línguas nativas e vivem no dia a dia a sua cultura, têm sua forma de aprendizado que não é respeitada pelo Estado.

A escola que temos nunca foi nossa. Quem foi buscar a escola para a comunidade escolar foram os próprios Laklãnõ, assim como traz Gakran, em sua pesquisa

No final dos anos 30, mais especificamente em 1938, foi implantada pela primeira vez uma escola que ensinou a língua portuguesa em uma comunidade Laklãnõ/Xokleng pela iniciativa dos próprios indígenas. A intenção deles era de uma escola que pudesse ensinar os jovens e as futuras gerações a ler e escrever. (GAKRAN, 2015, p. 46)

Tudo isso foi conduzido conforme os planos dos kuzó, que era o de adquirir conhecimento dos brancos para poder buscar para seu povo melhores entendimentos e apoios, bem como para sua defesa: não mais depender de outros e poder falar por si. Na época, os Laklãnõ eram vistos como incapazes pela política pública do Estado brasileiro, que, através do SPI tutelava os povos, intermediado por um chefe de posto.

Em 1916, os brancos fizeram uma lei chamada Código Civil (Lei 3.071/16), afirmando que "todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil". No entanto, esta lei considerava que algumas pessoas não tinham a mesma capacidade de exercer seus direitos, pois dizia que eram relativamente incapazes para certos atos "os maiores de 16 anos e menores de 21, os pródigos (pessoas que assumem comportamentos irresponsáveis) e os silvícolas", ou seja, os povos indígenas. E, como considerava que os indígenas não eram totalmente capazes de exercerem seus direitos, esta lei determinava que seriam "tutelados" até serem integrados à "civilização do país". Essa lei hoje não existe mais, foi derrubada pela própria luta dos povos indígenas, mas ficou a marca dessa tutela, principalmente entre os brancos, pois muitos ainda consideram os indígenas incapazes. Por isso, os indígenas buscam

exercer o seu protagonismo e buscar pelos seus direitos. Entre estes direitos está a educação escolar de qualidade, específica e diferenciada.

A escola precisa ter autonomia para fazer uma matriz curricular que reflita a sua própria visão e a realidade do povo Laktlãñõ. Porém, neste caminho se encontra uma grande dificuldade, pelas barreiras exercidas pelo Estado por meio das secretarias de educação, que trazem de outras escolas não indígenas padrões que não cabem ou não servem para as escolas indígenas. Então, se é obrigado a aprender o que vem como padrão de outras escolas brancas. Além desse problema, observo como falta material didático voltado para a cultura Laktlãñõ, a qual os estudantes pertencem; faltam disciplinas que contemplem suas culturas ou uma grade curricular mais flexível, para que a escola possa construí-la do seu modo e melhorar o aprendizado de seus alunos.

Um dos desafios para superação desses problemas que vi e vejo em minha trajetória, é que as secretarias de educação precisam aceitar as propostas pedagógicas feitas pelas comunidades indígenas, propostas que venham ao encontro das necessidades e direitos culturais e humanos das mesmas, assim como está na Constituição Federal (1988), que foi uma conquista dos movimentos indígenas. Também falta compreensão na implantação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), construídos pelas escolas e suas comunidades. Muitas vezes esses documentos são contrariados ou não são aceitos pelas secretarias de educação, demonstrando um não reconhecimento da cultura dos povos indígenas, contrariando a própria Constituição Federal de 1988, que garante o acesso a uma educação diferenciada, que reconheça a cultura de cada povo. O artigo 231 da Constituição Federal, além de reconhecer os direitos originários sobre as terras que são tradicionalmente ocupadas por coletivos indígenas, diz que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. Da lei maior do Brasil, aprovada em 1988, derivam outros documentos importantes que instituem a escola indígena em suas especificidades. Mais recentemente, o Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena – reconhece o protagonismo indígena na condução de suas políticas educacionais

As Diretrizes resultam do crescente papel que o protagonismo indígena tem desempenhado no cenário educacional brasileiro, seja nos diferentes espaços de organizações de professores indígenas nas suas mais diversas formas de associações, seja por meio da ocupação de espaços institucionais estratégicos como as escolas, as Coordenações Indígenas nas Secretarias de

Estes são alguns dos desafios que enfrentamos, sendo a reconstrução dos PPPs das escolas indígenas uma ação central para fazer valer as leis e diretrizes da educação escolar indígena. O formato como estão hoje as grades curriculares, em conjunto com os PPPs, prejudica culturalmente e humanamente a vida dos alunos e dos pais, além de toda a comunidade, por prejudicar o aprendizado e por negar os conhecimentos, as metodologias e as línguas indígenas. Precisamos reformular os PPPs para garantir o ensino de qualidade e garantir maior autonomia educacional para os povos indígenas do Brasil.

Portanto, esta pesquisa de mestrado tem como foco a Escola Estadual Indígena Laklãnõ Xokleng de Santa Catarina, em diálogo com os saberes ancestrais do povo, que são transmitidos de geração a geração pelos sábios e pelas pessoas mais velhas. Essa escola encontra muita dificuldade em implantar um Projeto Político Pedagógico específico, condizente a uma escola indígena diferenciada, conforme já conquistado nas leis federais e até em leis internacionais. Por isso a necessidade de investigar e acompanhar, junto com a comunidade, com os caciques, com os pais e com as mães, com os alunos e os professores, qual a perspectiva de cada um, o que deve mudar para que tenhamos uma educação escolar de qualidade, ou seja, a escola do nosso sonho, que respeite a cultura das etnias que estudam ali, como é nosso direito, garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela LDB (BRASIL, 1996) e demais legislações que abordam a escola indígena.

É importante buscar, junto com os professores, uma forma melhor, um caminho bom para realizar uma educação escolar melhor, com criação de métodos próprios de ensino, métodos inspirados na cultura do povo Laklãnõ/Xokleng, junto com as realidades da escola e do povo que vive ali – mas que ainda é colonizada pela cultura dos brancos. Uma escola que forme alunos para quando forem à universidade tenham uma visibilidade com os conhecimentos próprios. Essa contribuição, como pesquisador Xokleng, faz de mim mais uma liderança, que leva os anseios do seu povo para a melhoria da escola específica e diferenciada e para a afirmação da educação própria.

O povo Laklãnõ/Xokleng é rico em sabedoria e nunca deixou para trás sua história e isso que nós faz ainda mais fortes para lutar por uma educação própria. Nesse tempo passamos por aprendizado que está em trânsito, que aprendemos sempre com os velhos, os

sábios do povo Laklãnõ: aprendemos com o passado, presente e futuro. Para continuar em busca da escola dos sonhos, trago aqui algumas sugestões de como a educação pode melhorar na nossa caminhada. Para os Xokleng ludicidade é estar em convívio com todos que estão em seu território. Para os Xokleng, em tudo se aprende, brincando com as crianças, com os pais e, principalmente com os velhos sábios. Para nós, tudo é brincadeira; para as crianças é saudável estar com todos, é cultural é ali que se aprende a ser criança, liderança para o futuro, diferente de um olhar do branco, que separa as brincadeira e fazer de uma pessoa.

Iniciei minha pesquisa, conversando diretamente com os anciãos sobre as crenças, o respeito à natureza e o que os animais representavam na cultura Laklãnõ/Xokleng. Na conversa citada, falaram-me sobre dois grupos que constituíram o povo Laklãnõ/Xokleng. Um grupo saiu da montanha, que são os **klêdo**, e outro que emergiu da água, os **vājēky**, tendo sido estes que criaram os animais, contado na história da origem.

A cultura própria, composta por histórias orais, crenças, língua materna, modo de viver, de pensar e de interagir com a mata constituem o saber e com isso torna rica a identidade étnica do povo Laklãnõ. Segundo os kuzó (anciãos), com medo de serem atacados e devorados por esses espíritos dos brancos, muitos dos homens e mulheres Laklãnõ/Xokleng se transformaram em seres da natureza, como pedras, árvores, plantas e abelhas. Outros se transformaram em aves. Os que se transformaram em gugu 'bugio' foram roncando, fazendo hooo, hooo..., subindo nas árvores; aqueles que se transformaram em txé 'quati' foram fazendo txég... txég..., subindo nas árvores; o kójāl 'macaco' foi fazendo ké...ké...ké..., subindo na árvore, e o zazan 'tatu' cavou a terra e entrou debaixo dela.

Existe também a história de um casal que, com sua filha chamada ãmêdo, foram correndo e fugindo desses espíritos maus. A menina cansou e ficou para trás, e os pais foram correndo e viram que ela estava bem lá atrás; e seu pai gritou para ela e disse: - ãmêdo hã ta ki mã kó lake u ve kũ ló ãmê kũ nẽ venh (ãmêdo procura aí uma árvore boa e fica ali com as mãos enfiadas no tronco dela). Assim, transformou-se em bromélia. As raízes que crescem sobre as árvores e que descem do alto das árvores são os cabelos da ãmêdo e dela é extraída a casca para tecer o arco e flechas e o cipó é utilizado na fabricação de cestos para guardar os pertences pessoais.

Na cosmologia, é reconhecida a história que conta como surgiram as pessoas e a criação dos animais. Apresento a história que foi registrada por Marcondes Nambla (2015)

Os mais velhos contam que uns saíram da montanha e outros saíram da água

provavelmente da água do mar. Esses que saíram da água são os Vãjegy. Eles queriam sair e ficaram esperando em baixo da água, para saber a hora certa. Enquanto isso Plándjug abrindo caminho, até que ele subiu em cima de uma montanha para ver melhor os campos. Plándjug ficou muito encantado com a natureza e suas belas paisagens e não sabia o que fazer com tamanha beleza, pois nunca tinha visto algo semelhante. Ficou caminhando por lá até que viu um capim e arrancou-o e deu para o seu companheiro Txu Txuvanh que estava junto com ele e disse: “amigo Txu! Vamos levar esta raiz para o chefe Vãjegy ver”. Então os dois levaram, e quando chegaram Plándjug pegou a raiz e pendurou-a e depois disse: “senhores chefes, querem ver o que eu trouxe? Se quiserem saiam para ver”. Escutando isso, Vãjegy olhou pela janela de sua grande casa e viu aquela coisa estranha. Então, ele saiu para ver melhor e logo foi se familiarizando com ela. Vãjegy disse: “agora sei que um dos maiores chefes é Plándjug, por isso, trouxe-me esta raiz que nunca tinha visto na minha vida. Agora, junto com esta raiz de capim que Plándjug trouxe, enfrentarei todas as lutas”. Depois disso, Vãjegy chamou seu amigo Zãgpõpe e disse: “chefe Zãgpõpe, venha ver uma coisa estranha que nosso amigo Plándjug trouxe para mim”. Escutando isso, Zãgpõpe olhou pela janela de sua casa, porém não conseguiu ver muito bem, então saiu para ver melhor e disse: “onde é o caminho que os homens subiram?” Vãjegy respondeu: “o caminho é por aqui”. Com essa informação Zãgpõpe foi subindo e admirando pelo caminho, pois nunca tinha visto uma paisagem tão bonita como aquela. Então, subiu encima da montanha para ver melhor. Quando Zãgpõpe estava andando, uns gaviões sobrevoaram em cima dele e ele não sabia o que fazer, pois queria matar um para levar de presente ao chefe. Olhou para baixo e viu um capão de mato e desceu ali, quebrou umas varas de canelinha, trouxe para o lugar onde estava e começou a fazer flechas. Depois de prontas, Zãgpõpe começou a treinar para começar a atirar. Depois de muito treino foi ao local onde estavam os gaviões e começou a atirar nele, até que começou a matar um. Zãgpõpe ficou muito contente, pegou-o e deu para o seu amigo Txu Txuvai que estava ali, e disse: amigo Txu, agora vamos levar este presente para o chefe Vãjegy. Vieram trazendo pelo caminho e quando chegaram penduraram o gavião na varanda da casa grande do chefe. Zãgpõpe disse: “senhores chefes, quem quer ver o que eu trouxe? Se quiserem ver saiam”. Escutando isso, Vãjegy olhou pela janela e viu aquela coisa estranha e saiu para ver melhor. Quando viu ficou muito contente e disse: “agora, junto com esse gavião que meu amigo Zãgpõpe matou enfrentarei os homens que vieram ao meu encontro e farei o gavião meu amigo e juntos enfrentaremos as lutas que vierem. Depois chamou amigo de Zãgpõpe que era o chefe do Pazi e disse-lhe: “chefe Pazi, venha ver uma coisa estranha que nosso amigo Zãgpõpe trouxe para mim”. Escutando isso, Pazi foi ver o que era e perguntou onde era o caminho que os homens

estavam indo. A ouvir isso, Vãjeki mostrou a ele e ele foi subindo. Os primeiros que foram abrindo o caminho fizeram ranchos na beira da estrada. Pazi queimou os ranchos que viraram uma bola de cinza e brasa. Então ele pegou essa bola, deu para o seu amigo Txu para levarem ao chefe. Quando chegaram, Pazi pendurou a brasa na varanda da casa grande do chefe Vãjeki e disse: “senhores chefes, quem quer ver o que eu trouxe? Se quiserem podem ver”. Escutando isso, Vãjeki olhou para a janela e viu a grande brasa das casas que estavam na beira da estrada. Ao perceber o que era, sentiu-se humilhado e disse ao Pazi: “Pazi, você não é homem, pois queimou as nossas próprias casas se ainda me trouxe suas brasas e cinzas”. Abandonaram Pazi ali e continuaram a viagem até que acharam outro lugar para eles pararem e festejarem novamente. Quando estavam festejando, escutaram um barulho de outros homens que estavam vindos pelo caminho que eles haviam aberto. Vãjeki ficou preocupado, com muito medo sem saber o que fazer. Vãjeki planejou inventar alguma coisa para se defender daqueles homens que estavam vindo. Ele derrubou um pé de kaplu e começou a modelar em forma de uma onça. Depois de pronta a colocou onde eles estavam dançando. Esta foi a primeira onça que Vãjeki fez. Disse para a onça: “minha criação você pode gritar do jeito que quiser”. Todos se afastaram dela e ficaram de longe espiando. Ela gritou assim: Hynh ,hynh, hynh!!!! Vãjeki queria fazer uma onça, mas ela se transformou em anta. Ele falou: “minha criação você é uma anta, por isso gritasse assim, hynh! Agora você irá andar pelos campos comendo ervas, gabiropa e outras frutas. Vãjeki deixou a anta ali e eles continuaram a viagem, festejando pelo caminho. Novamente pararam para Vãjeki tentar fazer outra onça, só que desta vez seria feita de pinheiro. Com galhos de pinheiro fizeram os pés e com os pinhões os dentes da onça. Começaram a pintá-la, porém ninguém sabia pintar uma onça. Enquanto isso Zãgpöpe, que vinha atrás deles, escutou um barulho e perguntou-lhes por que estavam tentando pintar a onça. Eles responderam que escutaram barulhos de muitos homens vindos pelo caminho que eles haviam aberto e resolveram fazer a onça para protegê-los, mas a primeira foi feita com kaplu e não deu certo. Prepararam a segunda de pinheiro e agora não sabem como pintar e por isso fazem muito barulho. Vãjeki perguntou: “como é o seu nome?” Ele respondeu: meu nome é Zãgpöpe Paté. Vãjeki disse: meu amigo venha, por favor, pintar a minha criação. 27 Quando terminaram de pintar a onça levaram-na para onde eles estavam dançando e Vãjeki falou: “minha criação, agora, você pode gritar do jeito que quiser”. Depois todos se afastaram e ficaram espionando de longe. Como ela demorava muito para gritar, Vajeki assobiou o canto do “Natnh” e todos ficaram festejar até que de repente a onça começou a gritar, fazendo: Tig, tig,... zin, zin, zin!... E eles ficaram muito contentes porque a criação do Vãjeki criou a vida. Então Vãjeki disse: “minha criação, sei que agora

é onça pelo teu grito. Eu estava com medo dos homens que estavam vindo, por isso criei você, e agora farei de você minha amiga e companheira para juntos enfrentarmos as lutas que vieram ao nosso encontro e juntos venceremos”. Depois disso, foram juntos com a onça até a montanha dos gaviões onde tinham muitos homens, e a soltaram nas encruzilhadas. Vãjky disse: “minha criação, agora, você pode ir atrás do que desejar comer”. Como a onça estava olhando para os caminhos dos “índios” Zógu e dos guarani, rugindo, eles perceberam que a onça queria atacar essas tribos. Vãjky disse: “você está querendo comer o Zógu e os guarani, por isso que está rugindo para o lado deles. Se quiser atacá-los vá à noite e ataque também os filhos deles. A onça partiu pelo caminho a fora. Eles ficaram festejando nas encruzilhadas do caminho e depois continuaram viajando. Vãjky ficou festejando até perceber que estava sozinho e falou: “se eu soubesse para aonde foram todos os meus amigos e parentes eu iria atrás deles e não estaria sofrendo sozinho aqui nesta terra”.

É através deste mito que o povo Laklãñõ/Xokleng concebe os três troncos familiares. São as marcas da onça que levamos para as nossas vidas. Processo da cultura da qual sabemos se podemos casar ou não. Se tiver a mesma marca é proibido o casamento, ou seja, são parentes. Os antepassados assim falavam e assim eles sabem e não farão diferente.

Ele foi, mas a onça era muito grande e causou medo. Então, de longe, esticou os braços e pintou o pescoço com manchas arredondadas fechadas e nas costas manchas compridas. Depois disto, disse o chefe: “chefe Vãjky, você não sabia pintar e agora sabe. Olhe as minhas manchas e continue”. Vãjky ficou contente, agradeceu o amigo e disse-lhe: “meu amigo, agora eu continuo pintando a minha criação. Ajudaste a pinta, tens o direito de criar uma para você”. No começo, ele não quis nada e disse ao chefe Vãjky: “não posso fazer isto, pois posso criar coisas perigosas para destruir os homens, depois me sentirei o culpado e ficarei com vergonha. Eu não vim aqui para destruí-los, vim para festejar”. Mas logo mudou de ideia, e quando estava indo, disse: “vou criar uma cobra com minha própria sujeira”. E foi embora. Vãjky continuou pintando a sua criação e, novamente, começaram a fazer muito barulho. Outro amigo, Zezé, estava vindo atrás e perguntou-lhe o porquê de tanto barulho. Vãjky contou a história e pediu ao amigo Zeze que pintasse a sua criação. Zeze obedeceu ao pedido, porém ficou com medo do tamanho da onça e de longe esticou os braços e pintou manchas compridas e outras circulares abertas no meio da paleta da onça. Depois, disse ao chefe: “você não sabia pintar, agora olhe as minhas manchas e continue pintando”. Vãjky respondeu: “sei que agora o meu único e melhor amigo é o Zeze, pois veio pintar a minha criação”. Eles ficaram muito felizes e se despediram. Logo atrás, vinha um terceiro amigo, Txu Txuvanh, e perguntou-lhes também o porquê de tanto barulho. Vãjky explicou-lhe sobre os homens que estavam vindo pelo caminho e que eles

ficaram com medo e resolveram criar uma onça. A primeira não deu certo pois era de Káplun, mas a segunda foi feita de pinheiro, porém não sabia como pintá-la. Pediu, então, para que seu amigo ajudasse. Txu Txuvanh foi pintá-la, mas ficou com muito medo e esticou os braços e pintou manchas circulares abertas e outras circulares fechadas. Disse ao chefe: “chefe Väjeky, você não sabia pintar, mas agora olhe as minhas manchas e continue pintando”. No caso dos Laklãnõ/Xokleng essa história que passo para que houvesse as identificações através das marcas.

Os Laklãnõ/Xokleng vêm ao mundo e nele interagem uns com os outros e com a natureza em que vivem e de onde tiram o seu sustento. Nesse aspecto, destaco novamente que o povo Laklãnõ/Xokleng acredita que toda a natureza e o que nela existe tem espírito e com a qual se comunicam. A Escola Laklãnõ/Xokleng consegue caminhar bem, levando junto a educação escolar e a educação Laklãnõ, que são coisas que, em geral, a Secretaria de Educação não compreende, pois pouco conhece sobre os métodos de aprendizagem próprios de nosso povo. O Estado precisa aceitar e adequar sua avaliação sobre a escola Laklãnõ e outras escolas indígenas. Para tanto, precisa conhecer profundamente a forma específica desta escola, os métodos próprios que os professores trazem da educação Xokleg e reconhecer as leis já criadas para defender esta escola específica, que começa com a Constituição Federal. Ao concluir a pesquisa espero ter deixado uma contribuição, como uma base, como uma baliza para guiar as secretarias de educação, a fim de que aceitem a forma própria que a escola indígena traz.

Alem dos conhecimentos do branco que a escola ensina, é necessário respeitar os processos próprios de ensinar e de educar os seus. Dessa forma, vamos estar anunciando os princípios da educação Xokleng, ou seja, a retomada da educação Laklãnõ/Xokleng, para fazer valer nossa sabedoria ancestral e dar para o futuro o nosso sonho de uma escola verdadeiramente Xokleng.

A educação Xokleng, além de ser uma formação integral, ela capacita as crianças a ser Xokleng – a ser uma pessoa Xokleng - com a sabedoria ancestral, com uma visão mais ampla para fazer a defesa de seus direitos, a defesa dos seus modo de vida e dos territórios. E assim queremos a escola diferenciada e de qualidade, pautada pela educação própria, que sirva para formar, educar, enfrentar, discutir, fortalecendo os caminhos ancestrais. Uma escola que respeite os valores, os conhecimentos, as metodologias do povo Laklãnõ/Xokleng,

ou seja, os modos próprios de aprender e ensinar, respeitando a sua história, a narrativa dos mais velhos, que é a nossa sabedoria ancestral.

Mas, para tudo isso acontecer, é necessário buscar informações com os mais velhos, nossos kuzó, para compreender porque a educação escolar dos brancos chegou até a Terra Indígena Laklãõ/Xokleng. E mais importante ainda é escutar das pessoas mais velhas, quais são os direcionamentos que dão para fazer uma escola que não prejudique tanto a educação tradicional Laklãõ, bem como o modo de vida do povo Xokleng.

Kuzó aprendendo com os jovens



Juventude Laklãõ/Xokleng. Foto: Arquivo do autor

Juventude aprendendo com o kuzó, lembrando que só pessoas da mesma marca família pode pintar outra pessoa



Juventude laklãñõ/Xokleng. Foto: Arquivo do autor

Hoje nós consideramos que é fundamental a educação escolar, só que a sabedoria ancestral está ficando um pouco para trás. É isso que eu trago aqui neste trabalho para a comunidade indígena, para que a escola também tenha essa visão que estou tentando trazer, pois sinto que estamos deixando de lado o saber ancestral, o saber que trouxe toda essa caminhada até onde hoje nós estamos. E os mais velhos têm essa fala para a sala de aula, os velhos são chamados para as escolas, mas para os dias comemorativos, como 19 de abril ou 22 de setembro, que traz um dia para fazer isso, ou em uma disciplina que vai falar da arte Xokleng, por exemplo. Precisamos mais! Precisamos dessa educação própria também dentro da sala de aula; precisamos que os professores também queiram fazer isso. É importante parar um pouco e pensar onde nós estamos errando, como nós podemos fazer caminhar em conjunto a escola com a sabedoria Laklãñõ/Xokleng.

Houve e ainda há uma necessidade de conhecer e também compartilhar de uma educação do branco, como uma ferramenta de defesa, ao saber falar português, para dialogar, discutir sobre os direitos indígenas que já conquistamos. Mas é também reconhecer que temos uma educação própria. É por isso que faço esta pesquisa, a qual apresento de forma

mais detalhada no seguinte capítulo.

4. A PESQUISA

É para o meu povo que eu estou fazendo essa pesquisa, levar isso para a comunidade - muitos pesquisadores não indígenas se apegaram só a sua pesquisa, falaram do povo e voltaram de novo para as suas casas.

Trago tudo isso porque o nosso território, como Terra Indígena Laklãño/Xokleng, antes de tudo precisa ser demarcado, para nós podermos falar em educação e depois sobre saúde. Nós não podemos deixar de falar de uma e esquecer de outra, levamos tudo junto: primeiro, a demarcação do território; depois a educação Laklãño/Xokleng e a educação escolar de qualidade, que precisam caminhar juntas. E muitos dos nossos professores do nosso povo aprenderam isso lá atrás, de uma escola não indígena, de uma escola branca, como se fosse hoje, aprenderam o que era uma escola como um todo, e voltaram para a sala de aula de uma escola indígena com este modelo aprendido fora. Só que eles não sabem que estão dentro de uma escola Laklãño/Xokleng; os professores sabem que são Xokleng, sabem de sua cultura, só que quando se fala em sala de aula ou da educação escolar, se esquecem de uma boa parte da cultura e da língua, dos costumes do povo Xokleng. Então, como professor, você entra em uma sala de aula, pega um livro de ciências para falar o que está escrito lá, sem dimensionar que aquilo que está no livro é apenas o conhecimento do branco, escrito na língua portuguesa. Poderíamos melhorar isso, trazer a redação de uma história Laklãño/Xokleng e, a partir disso, trabalhar a partir da nossa cultura, das nossas metodologias e dos nossos conhecimentos. Existe hoje um regulamento na legislação que cria e orienta o funcionamento das escolas indígenas. Temos o nosso Referencial Curricular Escolar para as Escolas Indígenas (RCNEI), porém ele é pouco difundido nas escolas e, principalmente entre aqueles gestores das secretarias de educação que acompanham as escolas indígenas.

Então, a educação Xokleng também se perdeu nisso. Eu trago isso, porque sinto que estamos perdendo a nossa educação própria. Eu mesmo, sou de uma linhagem Patté e às vezes eu esqueço de onde venho e quem sou. Precisamos de professores que façam esse papel, de trazer essa comunidade de saberes de novo, para que os pequenos ouçam os mais velhos. Esse é um propósito da minha pesquisa de mestrado, trazer para comunidade indígena essas preocupações, conversar com as pessoas da comunidade: “você já pensaram nisso, que a educação Xokleng que ficou pra trás não é a educação escolar?” A educação

própria do povo Xokleng considera que uma criança que chega aqui é filha de todos. Antigamente todos cuidavam das crianças, todos a educavam, esse é o sentido de educar e de transmitir os conhecimentos ancestrais.

Eu ainda tenho esse conhecimento do povo Xokleng, da educação Xokleng, porque eu cresci com os meus avós. Meus pais comentavam que eu só saía com os meus avós. A maior parte do meu tempo de criança cresci com o meu povo e aprendi com a minha avó. Então vamos dizer que essa escola branca dentro da terra indígena hoje ela mais atrapalha do que ajuda, porque nós sabemos que a educação escolar existe, é um direito de toda a criança ter uma educação escolar. Mas isso não quer dizer que a nossa educação Xokleng tem que ficar pra trás, que ela não é válida. Diante do currículo escolar, que propõe muitas disciplinas em português e que trazem os conhecimentos de fora, parece que a nossa educação não é válida e por isso estamos perdendo nossa educação. É isso que trago na minha pesquisa, muitas perguntas, muitos questionamentos...

Realizar a pesquisa em uma terra indígena é totalmente diferente de você chegar para uma pesquisa com várias perguntas prontas. Como é que você vai saber isso e aquilo? Os mais velhos não vão falar sobre isso; se você trazer perguntas para eles, alguns vão te dizer: “não quero responder pra ti”. Eles vão chamar a atenção de outra coisa, quer dizer, não vão te dar informação se for dessa forma, de chegar lá e entrevistar. Já estou há algum tempo fora do meu território, mas eu vou e volto. Quando retorno tenho que buscar a confiança dessas pessoas mais velhas e de toda a comunidade. Eu tenho que adquirir de novo essa confiança. Eu saí da minha Terra Indígena de origem em 2017, fui para o Paraná, depois vim para o Rio Grande do Sul. Estou todo esse tempo assim, indo e vindo, então estava na hora de voltar tudo de novo.

A comunidade está acompanhando meus passos, já assistiu a defesa do meu projeto de dissertação, a escola também assistiu, tanto os professores quanto os alunos, participaram, fizeram cântico na abertura. Então já estavam sabendo que voltei, para fazer o que a academia chama de pesquisa de campo. Então, eles já ouviram eu falar que iria voltar, a escola, as crianças já sabem, e a comunidade precisa saber também. Então talvez hoje, enquanto estou de volta para fazer esta parte da minha pesquisa, eles estão pensando “o que ele quer dizer com isso? O que ele quer falar?”

Envolve muito questionamento, porque hoje a escola para o povo Xokleng é o ponto principal de uma pauta de educação. Mas há desconfiança em relação as nossas pesquisas:

no início, quando o professor Nablar, que foi um dos primeiros pesquisadores acadêmicos trouxe a escrita e a disciplina Xokleng, a língua originária do povo para a sala de aula, houve resistência dos próprios Xokleng em relação a pesquisa do professor Nambla. Alguns diziam: “o que eu vou aprender se na escola aprender a escrever e a falar xokleng? Quando eu for para a universidade, para cidade, o que eu vou fazer com isso que aprendi na escola?” Quero dizer que há muitos questionamentos sobre as ideias que nós, pesquisadores indígenas que estamos na universidade, levamos para nossa comunidade, mesmo que depois tudo isso reverta para a qualificação da sala de aula da escola indígena. Mas nós - eu me coloco junto -, não sabemos como reverter isso, como trazer a comunidade junto nestes questionamentos.

Como coordenador de cultura, eu passei os mesmos questionamentos do professor Nambla, quando criei o grupo de cultura eu quis dizer que os guerreiros estão chegando de volta; quando eu participava muito do movimento indígena nacional, eu ia e voltava e por vezes escutava algumas pessoas da comunidade dizer para mim: “você está trazendo cultura de um outro povo indígena para dentro de nosso território; modelos de outro povo para a escola”. Mas a questão não era essa: a luta era para trazer a língua Laklãnõ/Xokleng de volta, trazer de volta os costumes de nosso povo, de como eram as nossas danças tradicionais. Refletir sobre cânticos que você não pode cantar em qualquer lugar e que só podem ser proferidos em cerimônias. Tem música que é de festa. Então isso que eu estou propondo para a escola, para a sala de aula precisa a parceria de outros professores. Minha irmã mais velha é professora há muito tempo e ela me questionou: “eu tenho tanto tempo de professora e você veio agora e quer dizer pra mim que eu tenho que trabalhar assim?” Como ela, outros professores também falavam isso nos corredores. Isso quer dizer que eles esqueceram a educação própria, aprenderam na escola fora do território, aprenderam na universidade de uma forma e estão levando essa forma para dentro da comunidade Xokleng.

Hoje, a sementinha que eu coloquei na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, a semente já brotou, já tem frutos e já tem várias novas sementes. Nunca fomos tantos Xokleng a Brasília, onde participamos dos movimentos sobre o marco temporal. Chegamos a ir com quatro ônibus, a maioria juventude, cantando, dançando, falando a nossa língua, resistindo, para que todos conhecessem a luta do povo indígena, a luta do povo Laklãnõ/Xokleng. Isso é fruto de uma semente que eu plantei lá atrás, junto com as demais lideranças.

Quando retornei para fazer esta parte da pesquisa, no início não foi diferente, voltar

com vários questionamentos. Mas sei que futuramente outras platinhas irão brotar destas sementes que estou ajudando a plantar. Eu quero trazer a educação própria do povo Xokleng para a escola, para mudar o que está predominando nas salas de aula. A educação própria vai complementar a outra educação do branco que a escola implementa. Quero que os gestores da Secretaria da Educação venham olhar de frente. Mesmo que digam: “vamos ver agora, porque professor indígena vocês já tem, uma escola indígena vocês já tem”. Mas quero dizer com minha pesquisa que isso não basta, temos que aperfeiçoar a nossa educação escolar. Como pessoa pertencente ao povo Xokleng é isso que eu quero que a comunidade venha a entender. Eu acho que agora tem uma nova liderança, são jovens também, que vão compreender. Alguns caciques mais antigos não compreenderam ainda, porque ainda estão com aquela educação lá atrás, que prioriza a educação do branco, pois a consideram melhor. Mas muitos estão percebendo, porque indo para a universidade eu afirmo a minha existência enquanto Xokleng, eu afirmo a minha cultura, não deixo de ser indígena.

Há uma geração, eu conheço alguns estudantes que cresceram fora da aldeia, com a ideia de que ir pra fora da aldeia, ficar na cidade iam crescer e ter mais conhecimentos de quem estivesse na aldeia. E foram para a universidade, viram que ao contrário do que os pais falavam sobre isso, agora eles estão afirmando dentro da terra, da universidade, principalmente na Universidade Federal de Santa Catarina, que tem uma Licenciatura Intercultural Indígena, com uma turma só para os Xokleng. Nesse movimento de se formar professor, estão afirmando, se caracterizando com pinturas corporais, dizendo que eles são Xokleng, afirmando os costumes, a língua, a cultura do seu povo. Então, muitas coisas nós temos que afirmar na universidade, dizer quem somos nós do nosso modo, para podermos existir, ao contrário do que se pensava lá atrás. Mas vamos lutar ainda, porque a luta é uma resistência, resistir para fazer existir o nosso povo Xokleng, ser visto e respeitado, reconhecido por sua história, por sua cultura, pelos conhecimentos que são ancestrais e resistem na sabedoria dos mais velhos.

Um antigo professor disse que daria 25 anos para que isso que eu estou constatando e falando aqui acontecesse de fato. Disse ele que não passaria 25 anos e nossa escola seria uma escola de branco, com professor indígena falando a língua do branco. Disse que teria uma escola indígena com a placa, o nome indígena, mas funcionaria como uma escola de branco. Se continuarmos assim, isso vai acontecer de verdade: nossos pequenos vão perder a língua, e isso que está acontecendo, e eu quero trazer esse papel do branco que gosta de

escrever no papel para não esquecer. Vou escrever para deixar na escola, deixar na Secretaria da Educação, afirmando que existe um jeito de trabalhar com a educação Xokleng dentro na escola, não deixando de perder o que é essa educação, essas disciplinas que compõe a base curricular de todas as escolas. Hoje nós temos várias leis que garantem no papel a escola indígena diferenciada, bilíngue, intercultural. Mas é necessário trazer também para a escola não indígena e para a universidade a importância da cultura indígena. Precisa estudar para reconhecer os diferentes povos e, principalmente os direitos indígenas.

São muitos os desafios, mas o desafio maior que eu tenho hoje é que a comunidade venha a me entender, para que a nossa pesquisa fique na comunidade. A minha, a nossa pesquisa é a pesquisa do povo, porque onde eu estiver vou estar carregando o nome do povo, sempre representando o povo Xokleng. Por isso eu repito, é para o meu povo que eu estou fazendo essa pesquisa, levar isso para a comunidade - muitos pesquisadores não indígenas se apegaram só a sua pesquisa, falaram do povo e voltaram de novo para as suas casas.

Vou fazer diferente. Quero que o resultado desta pesquisa contribua com as diretrizes curriculares da escola Xokleng, que contribua para o diálogo com os gestores da educação escolar indígena, para fazer caminhar de mãos dadas a educação tradicional Xokleng e a educação escolar. Que seja um passo a mais para retomar a educação própria e ocupar a escola com saberes, conhecimentos e metodologias do meu povo, num movimento complementar, de reciprocidade com os conhecimentos de outros povos.

Objetivo principal da pesquisa

Compreender a educação escolar Laklãnõ/Xokleng a partir da escola situada na TI Ibirama Laklãnõ, SC e, por meio dos aconselhamentos das pessoas mais velhas, elaborar diretrizes que apontem caminhos para uma Escola Específica e Diferenciada – ou seja, ocupar a escola a partir da retomada da sabedoria ancestral Laklãnõ/Xokleng.

Objetivos específicos

- Avaliar a educação escolar nos tempos passados, comparando com os dias atuais;
- Observar a educação Xokleng dentro da escola Laklãnõ;
- Planejar ações que fortaleçam a escola a partir da educação Xokleng;
- Reescrever as diretrizes para a escola, a partir da retomada da educação Xokleng;

- Fortalecer a educação escolar a partir da cultura Xokleng;
- Contribuir para a construção da escola que queremos – a escola dos nossos sonhos;
- Trazer os kuzó (mais velhos) pra dentro da escola, fortalecendo a educação específica que queremos e precisamos.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no Território Ibirama Laklano, em Santa Catarina, com a realização de visitas, reuniões e conversas com a comunidade. Com valorização da história oral e da oralidade, conversei com anciões do território Laklãnõ e também escutei os alunos e professores, visando compreender a relação entre o método próprio de ensinar e os métodos dos brancos. Qual é o método mais adequado para a escola Laklãnõ/Xokleng? Essa pergunta foi feita junto com os professores indígenas que trabalham na escola, desafiando o Estado a programar uma forma própria de educação escolar específica.

Busquei, junto aos mais velhos, qual a melhor metodologia para uma proposta de educação escolar específica e diferenciada, fazendo a avaliação desde o ponto de vista da minha experiência de aluno e professor que fui nesta escola, considerando essa história e comparando com a situação atual. Me dispus a conversar, planejar junto e propor ideias à comunidade, buscando para a escola um modelo fácil de educação Laklãnõ/Xokleng, para complementar o saber tradicional. Para tanto, priorizei realizar rodas de conversa com alunos e professores, falando sobre a educação colonizada e buscando na educação própria meios para descolonizar a escola Laklãnõ/Xokleng e, juntos, construir ideias para aperfeiçoar o que é ensinado na escola. Também conversei sobre a escola com os mais velhos, tentando fazer o casamento dos diferentes saberes, principalmente para não deixar a nossa língua e a nossa cultura para trás. Nas conversas pautamos o papel político da escola Laklãnõ/Xokleng, visando implementar a escolar que queremos, valorizando nossos costumes, crenças e saberes tradicionais, em conjunto com a comunidade.

As ideias que surgiram destas conversas foram por mim registradas - de forma escrita e oral -, em português e, algumas partes, na língua originária. O resultado desta pesquisa vai contribuir para afirmar direitos Laklãnõ/Xokleng na educação própria e na escola de qualidade e o que está aqui registrado será mais um documento de referência para o Estado, para respeitar o ensino próprio das escolas indígenas. Nosso saber milenar precisa ser levado adiante, para que a sabedoria de nossos sábios não se perca, para que a escola seja um lugar

de cuidado com a nossa cultura. As pessoas mais velhas, que no passado pensaram em ter uma educação dos brancos para ir além e fortalecer a defesa do nosso povo, quiseram a escola. Mas não pensavam que ela poderia prejudicar nossos saberes, nossa educação tradicional. Por isso queremos uma escola diferente, que respeite nosso modo de vida, que considere os saberes dos brancos que são importantes para nós, mas que também conheça, respeite e considere os processos próprios de aprendizagem. Não é uma tarefa fácil, pois precisamos achar também o modo próprio de pesquisar e registrar nossos conhecimentos e metodologias.

Esses movimentos de pesquisa estão sendo feito por vários povos indígenas no Brasil e aqui trago as palavras de Bruno Ferreira, pesquisador da educação Kaingang¹⁰, palavras que vão dando pistas de como intermediar saberes e práticas acadêmicas do mundo dos brancos e a apropriação destes saberes e práticas por parte da sua comunidade, sempre priorizando metodologias indígenas. Diz ele que

o pesquisador, de posse de informações desconhecidas dos colaboradores kaingang, faz a tradução destas informações para a língua kaingang. A tradução é a estratégia que torna conceitos da sociedade não indígenas compreensíveis ao grupo ou aos individuo kaingang, a partir da oralidade. A oralidade como metodologia é o refinamento da escuta sensível, criando e ressignificando conceitos para o diálogo entre os colaboradores indígenas e a produção acadêmica, em um movimento vindo do olhar indígena para a academia. (FERREIRA, 2020, p.17)

Segundo os kuzó, o que nos mantém vivos é a historia de vida; a experiência de nosso ancestrais é que conduz nossos caminhos. Por isso, a importância de falar, na escola, do valor cultural de um povo que resiste, de toda essa luta contra os massacre de quase extermínio dos agonh kã. Estar na escola, ter casa de alvenaria ou de outras formas de moradia, usar a tecnologia inventada pela sociedade dos brancos não vai te transformar em uma pessoa branca. O mais importante é saber de onde você vem, onde você está e para onde vai direcionar a educação de seus filhos. Por isso a importância da escola, uma escola que não negue os saberes Laklãnõ/Xokleng, que ensine a escrever, mas que respeite a oralidade; uma escola que ensine o português, mas que, igualmente, afirme a língua originária; a escola que ensine o saber que vem de fora da comunidade, mas que valorize os saberes deste povo.

10 O povo Laklãnõ/Xokleng pertence ao tronco Macro-Jê, compondo os Jê-Meridionais o que o torna parente próximo do povo Kaingang, com algumas coisas parecidas. Por isso se torna importante a escuta destes nossos parentes.

Uma escola que traga outros conhecimentos e outras metodologias de educação como mais uma para se juntar e fortalecer os conhecimentos e as metodologias próprias de nossos povos.

Sobre a importância dos conhecimentos próprios, da afirmação das diferentes culturas, Ivone Jagnigri da Silva, professora e pesquisadora Kaingang diz:

É uma busca constante, é uma luta constante para manter a diversidade e a riqueza da cultura dessa sociedade. E isso eu pude contemplar em minha visita aos **kófa** das comunidades onde passei. A pesquisa explícita como essa sociedade vem se mantendo apesar das opressões sofridas para deixar seus costumes, e como estão enfrentando os desafios em relação a prática de seus costumes diante da sociedade envolvente hoje. (SILVA, 2019, p. 03)

Com essas convicções, voltei ao território Laklãnõ/Xokleng de Ibirama, para realizar uma parte importante da pesquisa de mestrado, como havia dito no projeto. O que me fez sentir mais forte e mais fortalecido, com mais gás para realizar a pesquisa foi que, logo de saída, encontrei pessoas da família: irmão, sobrinhos, tios e primos. Para realizar esta parte do mestrado, conhecida na academia como pesquisa de campo, voltei à casa de meus pais, onde hoje mora minha irmã. Quando cheguei já era por volta de 23 horas e eu imaginando que não haveria ninguém a me esperar. No entanto, lá estava minha irmã mais velha, Kula, que também é professora e que fez o papel de minha mãe. Ela me esperava com uns bolinhos de chapa, no fogão à lenha e um cuca de farofa de limão que tinha pedido antes de sair. Então me chamou para perto do fogo e começamos a falar sobre a minha vida, como estavam as crianças.

Em volta do fogo conversamos sobre minha pesquisa, da retomada da educação Laklãnõ/Xokleng para fortalecer a escola. Passamos a lembrar de quando éramos crianças e vovô brincava conosco; perto do fogo contava histórias do mato. Lembrei da metodologia de pesquisa que planejei fazer, realizando conversas ao redor do fogo como fazia agora, conversando com minha irmã mais velha. Então a conversa seguiu para a educação tradicional e ela estava contando que revezava com outros irmãos para ir nas casas de nossos avós materno e paterno, porque era muito bom de visitá-los. Kula dizia que se toda criança levar as lembranças dos kuzó, leva também uma grande lição, um aprendizado para toda vida.

Conforme seguia a conversa, voltava o assunto da pesquisa. Me contou de seu primeiro dia como professora, disse que muito se alegrava em me ver fazendo mestrado na

universidade, que era o sonho de nosso pai. Nesse momento travou minha voz e ficamos em silêncio por um longo tempo; depois me deu um abraço e fomos dormir. Penso que tudo isso é um método de pesquisa, perpassado pela emoção, aprendendo com o silêncio; são coisas que não têm tradução e que também não podemos registrar em falas e em escritas.

Desse modo, a pesquisa foi se espalhando, andando pelo território Laklãnõ/Xokleng, bem de acordo com o nosso jeito de ensinar, que é caminhando, rindo, contado piadas. E assim seguimos, diferente dos pesquisadores zug. Cada pessoa que encontrava me perguntava: “você vai fazer igual aos pesquisadores brancos?” E seguiam falando: “não é para fazer assim não, traz de volta para nós o que tu pesquisar”. Isso porque muitos pesquisadores vão lá, fazem a sua pesquisa com a colaboração da comunidade e depois não retornam, não mostram o resultado da pesquisa.

Momento importante é o que quero destacar aqui, o momento que fui na casa de minha tia Maria, prima irmã de meu pai e de seu companheiro, meu tio por parte da minha mãe. Conversamos bastante sobre a barragem e fui puxando conversa sobre minha pesquisa, a educação própria do povo Laklãnõ/Xokleng: como era a educação do mato? Qual a diferença entre educação e escola? De acordo com o relato de Maria, a escola fez deixar de lado nossa língua a nossa identidade: “isso tudo porque os brancos querem acabar com nós”, disse ela. Durante a conversa ela chamou seus filhos e pediu para buscar lenha e que nós iríamos comer carne. “O Woia trouxe”, e deu rizada. Mas era assim que se faziam as visitas aos velhos, em que se comia todos juntos.

Esse é o modo com que os mais velhos gostam de conversar, sem nenhum papel pelo meio da conversa, apenas a convivência, a comida sendo preparada para todos. Lembro que na minha pesquisa de final da graduação (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - UFSC) fui entrevistar um parente e logo que cheguei e tirei da mochila um formulário cheio de perguntas, junto com o caderno de campo, foi como jogar água no fogo: apagou tudo! Ele falou que não iria conversar comigo e disse que eu podia ir embora; tomou de mim a pasta com os papéis, os rasgou e os jogou no fogo. Eu estava atendendo ao modo de pesquisar ensinado pelos zug, mas que causa muito desconforto, traz desconfiança na comunidade. Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 11) diz que “o termo pesquisa está indissociavelmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu”. Por isso, quando a palavra pesquisa é mencionada “evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança”, como aconteceu comigo e meus parentes.

Diz ainda esta pesquisadora indígena que “Incomoda-nos saber que os pesquisadores e intelectuais do Ocidente podem presumir que conhecem tudo o que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos de nossa comunidade” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 11). Por isso agora, essa pesquisa do mestrado traz um diferencial importante, que é a disposição para escutar: escutar faz você aprender muitas coisas, muito além do que poderia aprender realizando uma entrevista, como são as pesquisas mais convencionais da academia.

Então, com o fogo pronto chegamos no momento bom da pesquisa: churrasco, fogo e convivência com os(as) parentes; também é o momento de conhecer os parentes novos, pois foi comigo para a pesquisa de campo o meu filho Pazi, que em todo tempo esteve junto, conforme os conhecimentos tradicionais trazidos pelos kuzó, em que as crianças acompanham seus pais. O meu jeito de pensar e fazer a pesquisa nos faz ser mais cautelosos nas atitudes, para não chamar a atenção sobre o que estamos fazendo, ser o mais natural, fazendo uma conversa perpassada por muitas informações, sem precisar fazer perguntas ou repetir o objetivo por que você está aí. Todos sabem que estou fazendo uma pesquisa e que precisamos afirmar a nossa educação própria, os nossos costumes. É assim que as pessoas gostam de falar, gostam de colaborar, pois sabem que é do seu modo e que é uma pesquisa feita por um dos seus.

Assim seguimos na conversa, exercitando um método próprio de pesquisar, sem ter uma regra imposta pela fórmula acadêmica de pesquisar, com perguntas escritas e gravadas, regras que os Xokleng não aceitam mais, pois não é bom para eles. Diante das regras acadêmicas se sentem pressionados a falar ou fazer coisas que eles não querem. Depois de 108 anos de contato com os zug, depois de violentos massacres que dizimou o povo Lakãñõ/Xokleng, se justifica a desconfiança. Mesmo sendo nós da família, pesquisadores pertencentes ao povo, se usarmos os métodos dos brancos pode acontecer de sermos repreendidos e perder toda a confiança. Por isso, uma pesquisa que realmente vai servir ao povo Xokleng precisa ser realizado em acordo com os métodos próprios. No meu caso, cheguei na casa de minha tia já levando a carne para o churrasco e nesse ambiente de convivência seguiu a conversa. Assim, Maria falou sobre como ela faz: ela cria e educa seus netos como nos tempos passados. Foi falando com Pazi, se apresentando a ele, mostrando ele aos primos e falando algumas palavras em xokleng. Na foto que segue vemos Maria se dirigindo ao Pazi, olhando nos seus olhos, interagindo com respeito e atenção, assim como faz ao conversar

com todas as crianças, com todas as pessoas.



Fazendo seu artesanato, Maria fala com Pazi, contando sobre seu avô, dizendo que ele e ela são parentes. Para mim, esta foi a melhor parte da pesquisa, presenciar o encontro de gerações que fazem trocas de saberes: a criança escutando, valorizando a atenção e o respeito de uma pessoa mais velha, que lhe fala na sua língua originária. A riqueza da pesquisa desse dia, em que fui “deixado de lado” para dar lugar ao Pazi, que ouviu histórias de outros tempos, que é o seu tempo. Ouviu sua tia contando do bisavô Vaipon Patha, de seu avô kangdan. Foi a minha vez de observar.

Apresentou outras crianças, seus netos, criando uma situação para Pazi se reconhecer nesta família, sentir o seu pertencimento que vem desde tempos ancestrais.



Também quero pontuar outro momento, registrado na próxima fotografia: certamente é uma imagem que traz a educação tradicional presente na pesquisa. Durante os dias que estivemos, Pazi e eu, na pesquisa de campo, também fomos na escola. Conforme combinado, apresentei o projeto de dissertação para os alunos e professores, mas primeiro fiz uma apresentação para a direção da escola e, em seguida, a diretora e a secretária reuniram os professores. Numa roda de conversa, com muita alegria, apresentei a pesquisa, falei e escutei sobre educação e a escola.



Mais uma vez afirmo como são valiosas as palavras de Bruno Ferreira, que em sua tese fez um grande esforço para mostrar que as metodologias tradicionais do povo Kaingang tem tanta valia como as metodologias que já são consagradas pela academia e que a pesquisa precisa dar um retorno para a comunidade e reforçar a educação própria, movimentos que empodera os professores e os faz valorizar seus modos próprios de ensinar.

Com esse movimento metodológico, o trabalho escrito busca empoderar os professores kaingang a desenvolverem suas práticas de educação escolar a partir de seus conhecimentos, construídos nos espaços tempos de suas comunidades, conhecimentos que vem da ancestralidade até os dias atuais, com suas devidas ressignificações dentro de cada contexto vivido. (FERREIRA, 2020, p.18).

Nesse formato de ensinar, a escola Laklãñõ não deixa de lado seu saber tradicional, mesmo que incorpore outras tecnologias do modo de ensinar o conhecimento colonizador europeu. Com resistência e resiliência o povo Laklãñõ/Xokleng interfere nos espaços onde está. O professor Xokleng, na medida do possível, traz seu conhecimento para dentro da sala

de aula, mesmo sendo de forma “não autorizada” pelas secretarias de educação e continua trabalhando para que as crianças não esqueçam sua origem. As metodologias que valorizam a roda de conversa, a escuta, o olhar, o respeito às pessoas de qualquer idade, são capazes de ultrapassar o tempo do pensar preconceituoso e racista, daqueles que dizem que o conhecimento tradicional atrapalha o conhecimento do zug, passado na escola. Com essa preocupação, na minha pesquisa trago a importância de continuar fazendo com que a criança não perca seus costumes, suas crenças e os saberes tradicionais. Aqui, neste papel de pesquisador, quero dizer que mesmo com regras traçadas pela secretaria de educação, criamos para a escola Laklãõ/Xokleng muitos espaços de resistência. É a nossa re-existência, também no espaço escolar.



No próximo capítulo falo da educação própria do povo Laklãõ/Xokleng.

5. EDUCAÇÃO PRÓPRIA LAKLÃNÕ/XOKLENG

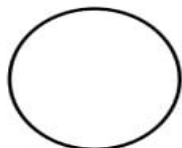
Então hoje nós estamos dentro da sala de aula tentando trazer a educação xokleng, como outras escolas também tão trazendo o seu conhecimento para dentro da sala de aula, trazendo os velhos pra dentro da sala de aula.

A nossa educação, a educação própria se dá dessa forma: aprendemos com os velhos, ouvimos, caminhamos junto com eles. Quando perdemos nossos velhos, perdemos um companheiro, uma biblioteca, uma enciclopédia. Por isso, quando morre um ancião na terra indígena é uma tristeza enorme. O branco tem o *google*, faz uma pequena pesquisa e acha a resposta de sua pergunta. Mas nossas histórias morrem junto com nossos velhos. Um pouco que nos é passado vamos levando, contando e escrevendo; os velhos não escrevem na língua portuguesa e alguns nem são praticantes da escrita alfabética. Mas eles escrevem na língua Xokleng, nas cantigas, nas pinturas e artesanatos, em todos os grafismos, que também é uma escrita, uma grafia. Nos contam que o grafismo ou marcas familiares são mais usadas em dias festivos, encontros das famílias, casamento, batizado, velório, principalmente em suas lutas de guerra. Assim é o grafismo que usamos:

VĂJĚKY MŌ ÓG TŌ TIMĂG LĂN JÓ
HĂ VŪ TŌG GE TĚ - Estas são as marcas que pintaram na criação do
Chefe VăjĚky



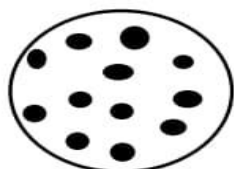
VĂNH MĚ VIN
Marcas arredondadas fechadas



VĂNH MĚ KUNHKĚN
Marcas arredondadas abertas



VĂNH MĚ KALEM
Marcas compridas fechadas

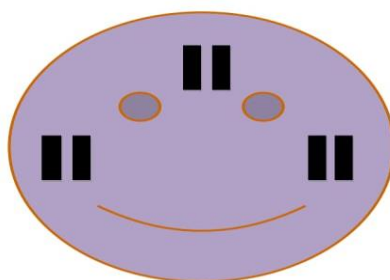


VĂNH MĚ TXYM TXYM
Marcas pontilhadas

Essas marcas nos fortalecem e as cultivamos para nos manter mais fortes, para superar todo o sofrimento e a violência pelas quais passamos. Essas marcas são inseridas numa história, que nos conta da criação de uma onça e, a partir daí, VĂJĚKY e KLĚDO e sua criação. É a história que trago nesta dissertação, VĂJĚKY kujá, uma liderança Laklãnõ/Xokleng, conta os Kuzó que ele fez sua criação em defesa de seu grupo. A partir desse momento aparece suas marca pintado na onça.

Os KLĚDO, que vieram da montanha e os VĂJĚKY que surgiram da água do mar. Após saírem cada clã do seu lugar de origem eles se encontram e fizeram muita festa para comemorar a descoberta deste novo mundo, a terra. Depois começam a desbravar o novo território e a cada nova descoberta, param e festejam com muita música, comida, dança e bebida, feita a base de água, mel e xaxim, fortemente fermentada. No decorrer dessa trajetória, o chefe VĂJĚKY ouve barulho de outras pessoas e fica com muito medo. Ele então resolve criar um animal para defendê-los contra os possíveis inimigos que se aproximavam do seu território. Nesta primeira criação, VĂJĚKY não obteve o sucesso que esperava, pois pensava ele em criar uma onça, mas o que surgiu foi uma anta por ter sido esculpida em um tronco de KĂPLU e por isso ele decidiu tentar novamente. Desta vez o chefe consegue criar a tão desejada onça, que foi toda esculpida em um tronco de araucária e, a seu pedido, foi pintada pelos chefes das famílias. Cada qual que pintou o animal de VĂJĚKY criou as marcas que determinam as descendências das famílias, como se fossem hoje os sobrenomes das pessoas. Também determinou que estas marcas fossem passadas de geração em geração, por toda a existência do povo. E assim se usava no mato e hoje também se usa, pintando o resto das pessoas para as cerimônias especiais.

VĂNH MĚ KALEM

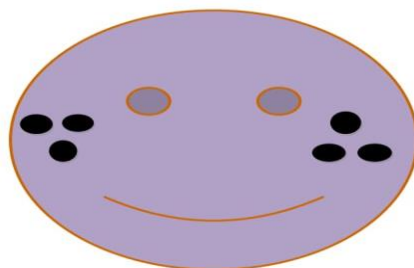


Marcas compridas fechadas

TÓG GEN KÚ NĀ ÁGGŌNĀ LĀ GĒ KE MŪ:

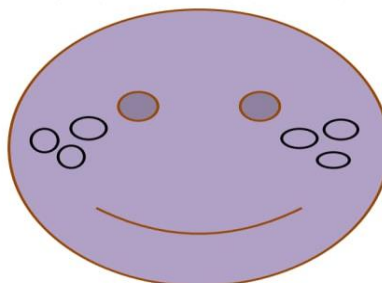
Como pintamos a face:

VĀNH MĒ VIN



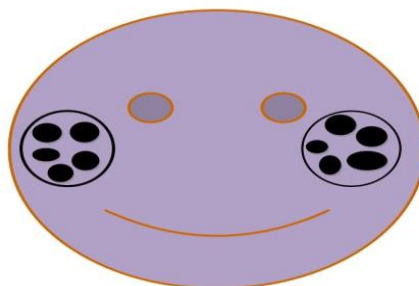
Marcas arredondadas fechadas

VĀNH MĒ KUNHKĒN



Marcas arredondadas abertas

VĀNH MĒ TXYM TXYM



Marcas pontilhadas

Observando esses grafismos e seus significados, podemos dizer que a escrita sempre existiu para o povo laklãnõ/Xokleng: eu digo que tinham oralidade e pensamento de escrever para quem pudesse acompanhar. Era uma forma diferente da escrita alfabética do Zug, que hoje está sendo apropriada por nós, principalmente nas escolas. Mas a nossa escrita ancestral está nos nossos artesãos, na forma de se expressar. Hoje, nas escolas, há uma restrição de educar nossas crianças. A escola Xokleng está como uma peça chave e fundamental, pois se inverteu e não estamos mais aprendendo com nossos velhos como era antigamente, porque eles já estão se indo. Então, o pouco que se sabe está sendo levado pelos professores Xokleng para a sala de aula, para preservar os conhecimentos também desta forma. Nossa resistência é pela vida, o que nos faz mais fortes na resitência e na resiliência, bem como na capacidade de se recuperar dos massacres da colonização, que tentaram nos destruir em todos os sentidos.

A educação de modelo europeu ocidental, que foi e de certa forma é implantada até os dias de hoje nas escolas indígenas, só trouxe um enorme retrocesso e destruição cultural, com a imposição da crença de que a cultura própria e a forma milenar de educação indígena são insuficientes ou inferiores. Porém, nós temos a certeza de que é necessário aplicar os processos próprios de aprendizagem, para que os alunos aprendam melhor. As crianças indígenas estão em todos os momentos aprendendo - em sala de aula, na aldeia, na roça, na venda, na confecção de artesanato.... As comunidades indígenas têm um tempo próprio e suas aprendizagens estão relacionadas a este tempo. Por exemplo, dependendo da localização e do clima, podem-se começar as aulas em horários diferentes daqueles que as secretarias de educação impõem como padrão. Ou, nas cerimônias que celebram um acontecimento na comunidade, como morte, no caso de luto, ou celebrar uma data especial em comemoração ou fazer festa *in memória*. Acompanhar a implantação de um calendário diferenciado em um projeto pedagógico escolar é garantir a autonomia das escolas indígenas; é fazer uma administração própria do tempo e dos projetos pedagógicos; é melhorar a educação escolar indígena para os alunos e para toda a comunidade.

A Escola Estadual Indígena de Educação Básica Laklãnõ, como outras escolas indígenas, encontra uma grande dificuldade em implantar a educação própria. Por isso, a necessidade de buscar informações junto com os mais velhos - nossos sábios -, os pais e as mães, os alunos e as alunas, os professores e as professoras. Se houver a concordância de todos que a transmissão da sabedoria dos mais velhos para as crianças

se faça também na escola, isto será o melhor.

Hoje já temos pesquisadores do nosso povo, que buscam junto à sabedoria dos mais velhos os conhecimentos que embasam a nossa educação e que podem fazer um bom diálogo com a escola, para que ela seja mesmo diferenciada e específica no atendimento dos anseios Laklãnõ/Xokleng, como mostra o trecho da pesquisa que trago aqui

A revitalização dos costumes esta sendo realizada com apoio dos idosos e dos professores responsáveis pelo ensino nas escolas existente no território Laklãnõ/Xokleng, aonde os conhecimento das tradições vem sendo transmitidos às gerações mais jovens. Assim, um dos caminhos seria ensinar, na escola, a ler e falar o idioma para que este não seja esquecido. A outra forma é procurar registrar a língua e as histórias em livros, para as gerações futuras aprenderem sobre as histórias dos seus antepassados. (ALAIR PATTÉ. 2015, p. 27)

É a partir dos conhecimentos próprios que começa a tão sonhada educação escolar específica do povo Laklãnõ/Xokleng. Para prosseguir na caminhada de construção desta escola é necessário considerar como base o modo de ser, a vida Laklãnõ/Xokleng. O sonho dos mais velhos e as orientações que nos deram e seguem dando é a de usar a educação escolar do branco como ferramenta de defesa, como apoio para articular lutas e buscar os direito tradicionais, os direitos ancestrais.

A escola na terra indígena e seus caminhos até os dias atuais são memórias do antes até o agora, o presente. São movimentos que partem da propria comunidade, com sua autonomia e autoria para buscar uma escola que dê conta das necessidades atuais desta comunidade que precisa seguir na luta contra o racismo, o preconceito, a intolerância do branco contra o povo Laklãnõ/Xokleng. Ainda hoje prevalece a dificuldade e a negação em aceitar a diferença, em aceitar o conhecimento tradicional, que por minhares de anos ainda persiste em anunciar o melhor caminho para os povos indígenas e para a humanidade. É o conhecimento tradicional dos povos originários que lutam para sobreviver, umas das resistências é a luta pela demarcação de suas terras. A primeira luta e a conquista básica se dá com o ato de demarcação. Diante da negação de nossos direitos, colocamos a nossa resistência, que se dá na luta diária, em todos os tempos e em todos os lugares, incluindo a escola. A retomada da escola parte, por exemplo, da sala improvisada, com paredes de taquara. Mas é neste espaço que apresento nas imagens que seguem, que também acontece a transmissão do conhecimento dos mais velhos para as crianças.



Talvez, para o olhar de um branco, soe como absurdo e um risco para uma criança estar perto do fogo; para um Laklãnõ/Xokleng todo conhecimento parte das conversas, de um conto da família, ou das brincadeiras dos avós. Assim era passado o conhecimento tradicional e ancestral. O fogo sempre estava presente e para nosso povo o fogo é a base,

pois como disse o sábio e pesquisador Kaingang Dorvalino Refej Cardoso (também descendente de Xokleng), “a cabeça precisa esquentar para pensar melhor”. Segundo Dorvalino, “a fumaça faz o pensamento fluir”. Então, essa sabedoria precisa ser trazida para a escola. Para que os mais velhos, os Kuzó. A iniciativa da escola que se quer específica de verdade: ter um espaço para o fogo, para aprender ao redor do fogo, para esquentar o coração e pensar melhor, para fazer o pensamento fluir junto com a fumaça. Além dessa riqueza de conhecimentos, há outro ensinamento como kuzó, quando nos ensina a aprender em rodas de conversa, por meio dos aconselhamento, e também por meio do silêncio. O silêncio aprendemos com os espíritos do mato, com os nossos ancestrais.

Veja nessa foto em meio a Retomada Xokleng na Flona de São Francisco de Paula



Foto: acervo pessoal

Com o silêncio aprendemos mais ainda, ouvimos e sentimos e no sentir e no pensar para o bem viver de todos. Assim traz o ensinamento do Pinheiro, em sua fala. Assim acontece também com o povo Guarani Nhandeva, como disse o colega Isael da Silva Pinheiro:

Sabe, o silêncio é uma oração que permite um encontro com a espiritualidade, ouvir às vozes sagradas com os ouvidos da alma e do coração, o corazonar, o vazio é uma barreira depois do silêncio, é o que nos impede de se conectar com o mundo espiritual.

Pois então, muitos outros povos com a sua sabedoria aprendem e ensinam. Assim

também o povo Laklãnõ/Xokleng ensina, durante toda vida, as pessoas que estão buscando a sabedoria. Nesse sentido, trago parte da fala de Bruno Ferreira, na sua pesquisa de mestrado, em que reconhece a importância de escutar as pessoas mais velhas.

Esses são momentos muito ricos e importantes, que podemos realizar em nossas pesquisas, pois acredito que trabalhar com pessoas vivas é muito mais saudável e verdadeiro. Uma conversa com essas pessoas permite uma verdadeira viagem pela história de seu povo, costumes, tradições, seus modos de relacionamento com as demais pessoas em épocas diferentes. Isso permite a construção contínua dos seus processos de conhecimentos baseada na visão de conjunto da cultura, pois a educação Kaingang nunca vai estar separada, como é em geral a organização de uma escola não indígena. Além de fortalecer a convivência com as pessoas mais velhas (FERREIRA, 2014. P. 36)

Trago estas situações que mostram como é a educação própria dos povos indígenas e como ela poderia dialogar com a escola nas terras indígenas. Bastaria a vontade política dos gestores da educação escolar e das secretarias de educação, respeitando a organização da escola indígena, de outros espaços para aprender, como no silêncio da mata, ou de outras metodologias que consideram o silêncio, das rodas de conversa junto ao fogo, do respeito às línguas originárias.

A escola em que faço a pesquisa tem três povos: Xokleng, Kaingang e Guarani. Principalmente as crianças Guarani só falam a sua língua e vejo que isso é uma dificuldade da escola, um prejuízo e uma violência para as crianças que frequentam esta escola, pois dentro de casa usam a língua materna e quando chegam em sala de aula, os professores, que não são indígenas, falam o Português, e desenvolvem as atividades das disciplinas em Português. Vejo isso como problema a ser solucionado através de um sistema próprio de aprendizado, realizado também na escola, com a autonomia e com base nas suas próprias culturas e na próprias línguas, garantidas em leis da educação que decorrem da Constituição Federal, como o parágrafo 3º do artigo 32 da LDB (BRASIL, 1996), que diz: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, que dá o direito de se organizar. Por isso queremos trazer ensinamentos da educação própria, para a implantação de um Projeto Político Pedagógico que respeite a língua, que tenha professores indígenas, que traga a sabedoria dos mais velhos para a escola. Estas definições precisam servir para implantar PPPs nas escolas indígenas em geral e nas escolas Xokleng, em particular.

O Projeto Político Pedagógico que tem hoje na escola Xokleng é um padrão, influenciado – para não dizer copiado - das escolas não indígenas. Vem com uma grade curricular, o calendário, o modo de trabalhar de escolas não indígenas, por isso nós temos dificuldade de trabalhar com esse modelo de escola. Essa imagem retrata o que a escola faz e dá um exemplo de que tudo está dentro dos quadrados, sobrando pouco espaço para o que é de verdade diferenciado da escola do branco. O horários das atividades escolares dita tudo o que se pode fazer e a maioria delas é aprender o sistema de ensino dos brancos. Se tivéssemos uma escola indígena de verdade, deveria de ter equilíbrio entre os ensinamentos de fora e da educação própria. A língua do próprio povo deveria ser para todas as disciplinas, assim facilitaria a aprendizagem e ajudaria a manter a língua viva.

MATUTINO									
6º ANO I	7º ANO I I	8º ANO I	9º ANO I	9º ANO I	4º ANO I	4º ANO II	5º ANO I	5º ANO II	
ATX	Ed. Física	Português	Matemática	ATN (vilma)	EF (edson)				
Português	Matemática	ATN (vilma)	Português	Ed. Física					
Matemática	Hist. (misa)	Ed. Física	ATN (vilma)	Matemática					
Hist. (misa)	Português	Matemática	ATX	Português	EF (edson)				
TERÇA FEIRA									
6º ANO I	7º ANO I I	8º ANO I	9º ANO I	9º ANO I	4º ANO I	4º ANO II	5º ANO I	5º ANO II	
Geografia	Matemática	Xok (Yoo)	Ciências	Hist. (Dion)	EF (edson)				
Ciências	Geografia	Hist. (misa)	Hist. (Dion)	Matemática					
Hist. (misa)	Xok (Yoo)	Ciências	Xok (Yoo)	Geografia					
Matemática	Hist. (misa)	Geografia	Matemática	Geografia					
Xok (Yoo)	Ciências	Matemática	Geografia	Hist. (Dion)					
QUARTA FEIRA									
6º ANO I	7º ANO I I	8º ANO I	9º ANO I	9º ANO I	4º ANO I	4º ANO II	5º ANO I	5º ANO II	
Português	Ed. Física	Ciências	Xok (Yoo)	ATX		ATN (vilma)			
Ed. Física	Ciências	Português	Ing. (Vilma)	ATX					
Ing. (Vilma)	Português	Xok (Yoo)	Ciências	Ed. Física					
Xok (Yoo)	ATX	Ed. Física	Português	Ciências	ATN (vilma)				
Ciências	ATX	Ing. (Vilma)	Ed. Física	Português					
QUINTA FEIRA									
6º ANO I	7º ANO I I	8º ANO I	9º ANO I	9º ANO I	4º ANO I	4º ANO II	5º ANO I	5º ANO II	
ATN (vilma)	Matemática	Ed. Física	Ciências	Hist. (Dion)			ATN (Yoo)		
Ciências	Hist. (misa)	Xok (Yoo)	Ed. Física	Matemática	ATN (vilma)				
Matemática	Ing. (Vilma)	Ciências	Hist. (Dion)	Xok (Yoo)					
Ed. Física	Xok (Yoo)	Hist. (misa)	Matemática	Ciências					
Hist. (misa)	Ciências	Matemática	Hist. (Dion)	Ed. Física					
SEXTA FEIRA									
6º ANO I	7º ANO I I	8º ANO I	9º ANO I	9º ANO I	4º ANO I	4º ANO II	5º ANO I	5º ANO II	
Xok (Yoo)	Ed. Física	Ing. (Vilma)	Português	Ing. (Vilma)	EF (edson)				
Geografia	Português	Português	Português	Português					

Sou professor formado pela universidade, com o curso específico, da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, por isso tenho o compromisso de me colocar criticamente diante das opressões trazidas pela escola nas comunidades Laklãnõ/Xokleng, que mesmo tendo leis que protegem e poderiam abrir caminhos para uma escola específica e diferenciada, a escola, em seu dia-a-dia ainda é obrigada a funcionar de acordo com a concepção dos brancos. Por isso, trago esse conhecimento de valorização da cultura e do método próprio de aprendizado na escola indígena. Como

professor que tem uma formação pedagógica específica, vejo essa dificuldade em trabalhar. Queremos mudar isso, ter um calendário que permita realizar um horário diferenciado, uma proposta curricular que venha a melhorar a educação escolar indígena, que seja de qualidade, mas que não mate os nossos conhecimentos e os nossos métodos próprios de aprender, que nunca foi dentro de uma sala quadrada.

Porém, mesmo apertada pelas secretarias de educação que colocam exigências que vão “branqueando” a comunidade indígena, dá para ver no quadro de horários da escola alguns pequenos espaços de conhecimentos próprios. São as frestas, as rachaduras que vamos produzindo no concreto construído pelos brancos. Nestas “rachaduras da escola de concreto” fazemos crescer as nossas práticas ancestrais. A lenha passa a ser um “material didático”, pois com ela fazemos o fogo que aquece o pensamento e permite aprender com o coração.



A LDBEN/1996 garante um currículo específico das escolas indígenas, e os processos próprios de aprendizagem também. As secretarias de educação de cada estado, que são responsáveis pela gestão da educação escolar, deveriam compreender a forma própria de educação indígena, conforme a Lei maior da educação escolar nacional, que diz:

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá

programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL, 1996)

Se a própria LDBEN ampara a escola diferenciada para cada povo indígena, a problemática que se propõe para reflexão é em que medida o modelo escolar branco europeu tem dificultado os processos próprios de aprendizagens nas escolas indígenas e até que ponto a escola indígena tem sido reelaborada e ressignificada? Como proposta, a RETOMADA da escola - pela mediação dos professores indígenas, levando em consideração os saberes, os conhecimentos, as metodologias do povo Xokleng.

Deste modo, além de aprender e ensinar com os mais velhos, nas rodas de conversas do dia-a-dia na comunidade, ao redor do fogo ou em qualquer outro lugar, onde apreendemos sobre vários assuntos mais ligados à cultura. O mais importante é que isso levamos para o resto da vida e ensinamos às gerações futuras. Porém, precisamos trazer isso pra dentro da academia: registrar a nossa educação específica, assim como registramos em nossas memórias. “Nossos registros são pra toda vida, em nossas memórias, guardados em nossa cabeça. Diferente dos brancos, que anotam tudo no caderno - vai que perde o caderno, seria a perda da memória”, como disse o mestre Dorvalino Kaingang.

A educação escolar é diferente da educação indígena, mas as duas se complementam nos dias de hoje. A retomada da educação Laklãñõ é muito importante,

porque estamos perdendo nossos kuzó txi, mais velhos e sábios, que são uma biblioteca de conhecimentos, que se não registrarmos podemos perder. É nesse sentido que trago o desafio para esta dissertação: registrar o saber Xokleng, um pouco de tudo que sei e que ainda vou pesquisar com os mais velhos, para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS conhecer nosso saber tradicional. Ao mesmo tempo mostrar o saber das palavras, por meio da oralidade.

A educação é um leque de conhecimento do povo Xokleng que aqui trago um pouquinho, contando como é a nossa própria educação. Hoje eu falo sobre a escola do pensar do branco, pois foi introduzida pela colonização. As lideranças Xokleng viram a necessidade de ir para a escola do branco para aprender a sua língua e a usar como defesa, para usar como ferramenta de defesa ante o não indígena. Assim como eu, que vou para a universidade para adquirir ferramentas para a luta pelos direitos de nossos povos. Se falarmos só de uma educação indígena própria, de qualidade e diferenciada como queremos para nossas escolas, em geral as secretarias da educação não aceitam. Já trazem uma proposta de ensino fechado na grade curricular, cujo nome já diz, uma grade fechada, sem possibilidade de diálogo e negociação.

O que há de diferente hoje nas escolas indígenas é o nome que as identificam, que muitas vezes é de uma liderança indígena, assim como há um professor indígena que trabalha lá, mas o método que predomina ainda é o da colonização. O meu pensamento é que se leve para dentro da escola os saberes tradicionais, que caminhem junto com o conhecimento ocidental para que essa sabedoria dê continuidade à resistência do povo Laklãnõ.

Aprendi isso com meu pai, meu velho, pois primeiros são os de casa e, depois, quem está nos visitando. Estando na universidade e fazendo mestrado, eu tenho que parar um pouco e pensar o que vou falar, para não errar em português, porque ainda é uma língua bem ruim para mim. E assim também é na escrita, estou pensando e escrevendo em Xokleng. Dessa forma, parece simples falar sobre a educação indígena, mas todo o processo de retomada é uma escola também, pois nesta luta estamos executando o que aprendemos.

Nossas escolas existem dessa forma. Nossas escolas, que estão na grade do Estado, fecham nosso conhecimento. Por exemplo, se ficarmos um ou dois dias fora da sala de aula, nos falam que estamos perdendo tempo, pois para a concepção do Estado devemos sentar e colocar em livro, assim como é a educação para os brancos. A educação indígena

se dá em todo território, então aprendemos todos os dias, em todos os lugares. Não precisamos ficar quatro horas por dia fechados numa sala de aula, todos os dias da semana.

6. A ESCOLA LAKLÃNÕ/XOKLENG

E nós queremos que a nossa educação escolar seja indígena, seja RETOMADA por nós, de onde parou a nossa educação.

A escola entre os Xokleng é antiga. Em conversa com as pessoas mais velhas da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, a educação escolar chegou na comunidade por necessidade e vontade do próprio grupo, atendendo ao pedido da comunidade. Eles queriam aprender a língua dos brancos para poder comprar, para negociar e saber se defender. Queriam compreender melhor as coisas que vinham defendendo, que era sua terra, seu jeito próprio de viver; queriam dizer não as coisas que estavam acontecendo, como a violação dos seus direitos sobre a vida e a terra que estava sendo vendida aos colonos por administradores brancos. Então, assim conheceram um polonês que vinha para o Brasil foragido da guerra e chegou na terra indígena Ibirama Laklãnõ, na época chamado de Posto Indígena Duque de Caxias. Com ele começaram a implementar uma escola, um estrangeiro que fala pouco em português mesmo assim ensinou o pouco que sabia.

Então temos como registro o início da escola entre os Laklãnõ/Xokleng por volta de 1925, com a chegada do professor polonês Mieczszilaw Brzezinsk, como disse, foragido de guerra. Com sua convivência, despertou na comunidade o interesse de aprender a ler e escrever. Certo dia, senhor Eduardo (jagala) servidor do SPI como chefe do Posto Indígena Duque de Caxias, sabendo das atividades do maestro, como o polonês era chamado pelos Xokleng, o proibiu de ensinar o português. Então, os próprios Xokleng foram até Eduardo pedir uma escola pra aprender e ensinar seus filhos, assim como os brancos. Segundo contam os mais velhos, em 1940, foi iniciada a primeira escola técnica agrícola, que fazia a comunidade Xokleng trabalhar na roça a força e seus filhos também tinha que trabalhar assim.

Mas a primeira escola é anterior e se chamou Escola Isolada Getúlio Vargas. Assim, o maestro Mieczszilaw Brzezinsk alfabetizou diversos alunos indígenas na língua portuguesa. Foi a partir desta data que se deu início a uma escolarização entre os Xokleng, porém sem orientação ou discussão pelo órgão responsável que era o SPI a respeito da educação formal entre os Laklãnõ/Xokleng. Depois que veio ao Brasil foragido da guerra e passou muito tempo longe de seus parentes, ficou muito doente e numa manhã seus alunos o encontraram morto na escola. Havia se suicidado. Assim nos contam sobre esse professor João Paté, Wili Dili e

Maria Patté Dili. Seu corpo foi velado por três dias, venerado dia e noite pelos Xokleng que fazia suas rezas danças e cânticos em Laklãnõ/Xokleng, reconhecendo o quão bom e que os ajudou no que foi preciso. O povo ficou sem professor e alguns que sabiam ler e escrever se voluntariavam ou com diz os velhos iam brincar de professor na escola com outros alunos.

Em 1938 foi contratado pelo SPI o primeiro professor indígena, chamado Kundag. A escola, que seguia o modelo de Escola Isolada, funcionou até 1966. No mesmo ano o professor Kundag passou a lecionar no período matutino para alunos da 2ª e 3ª série e a senhora Roseli Vieira, esposa do encarregado do Posto Indígena, Marcos Oliveira, assumiu função de professora de 1ª série, sendo que a mesma encontrou dificuldades porque tinha pouco conhecimento e convivência com a comunidade indígena. A escola atendia mais de 60 alunos Laklãnõ/Xokleng de 1ª a 4ª série, mas também atendia alunos não indígenas, pois na época moravam na reserva algumas famílias não indígenas, conhecidos como cafuzos. A partir de 1975, a escola passou a se chamar Escola Indígena Duque de Caxias.

Os xokleng chamava kundag de doutor e foi ali que começou o primeiro professor do povo Xokleng, antes mesmo do Estado brasileiro criar a categoria “professor indígena”, que foi depois da Constituição de 1988. Meu pai contava que este professor era canoeiro. Há uma pesquisa de Alair Patte, que conta esta história:

Nos finais dos anos de 1930, mais especificamente em 1938, foi implantada pela primeira vez uma escola na Reserva Duque de Caxias, que tinha por objetivo ensinar a língua portuguesa para a comunidade Laklãnõ/Xokleng, sendo uma iniciativa dos próprios indígenas. A sua intenção era ter uma escola que pudesse ensinar os jovens e as futuras gerações a ler e escrever no idioma do não indígena. De início, o chefe do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, não gostou da ideia, pois o mesmo já previa que se os indígenas tivessem contato permanente com o ensino da língua portuguesa aprendendo a falar o português razoavelmente, recusariam sua própria língua materna. Mas diante de muitas insistências dos próprios indígenas, o chefe acabou aceitando a ideia. A partir daquela decisão e da aceitação do chefe, foi implantada a primeira escola para o povo Laklãnõ/Xokleng. Assim, o primeiro professor foi um polonês chamado Mieczyslaw Brzezinski que na época estava entre os Laklãnõ/Xokleng na aldeia. Como foi mencionado anteriormente, o chefe do posto indígena não gostou muita da ideia, mas acabou aceitando e assim mais tarde gostou da ideia. Segundo Santos (1997), não só apoiou como parecia vigiar a escola o tempo todo. (NGAMUM PATTÉ, 2015, p. 24)



Memória da Escola Laklãnõ - 2005

Apesar dos avanços legais decorrentes da Constituição de 1988, a Escola Indígena Específica e Diferenciada ainda é uma escola com a primazia branca, de um Estado que não reconhece as diferenças, de secretarias de educação que desconhecem a lei e que impõem práticas “brancas”. Temos na lei uma escola indígena, mas que precisa mudar na prática, que precisa fazer uma virada, ou seja, retomar a educação e a escola Xokleng.

Portanto, essa pesquisa tem por objetivo apontar melhorias que ainda faltam para tornar a escola do nosso sonho enquanto povo Laklãnõ/Xokleng. Desde quando estava em sala de aula como aluno e depois como professor, não mudou muita coisa. Desde muito tempo a comunidade, liderança e professores lutam por uma escola indígena diferenciada, com educação de qualidade, conforme seus usos e costumes tradicionais e com a complementação do conhecimento do branco. Mais isso é uma luta travada a muito tempo com as secretarias de educação.

Em uma conversa sobre educação escolar indígena no Brasil, Ailton Krenak (MG) foi questionado e o líder e jornalista pertencente ao povo Krenak respondeu que encarava a educação escolar da sociedade envolvente como um peixe que as crianças não indígenas eram obrigadas a engolir com espinha e tudo e que os Povos Indígenas, ao serem confrontados com esse modelo de educação, tiravam dele apenas o que lhes poderia ser proveitoso, deixando a espinha de lado. (JÓFEJ, 2010).

Segundo a autora, advogada Kaingang que trabalha com direitos indígenas, a oferta de educação escolar aos Povos Indígenas, em caráter específico, bilíngue, intercultural e de qualidade como determina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB. Lei 9.394 de 1996) é resultado de décadas de luta dos Povos Indígenas. Em especial, da luta dos educadores indígenas, pelo respeito aos sistemas próprios de ensino-aprendizagem, pela implementação do direito à diversidade cultural revogando séculos de ideologia assimilacionista, os quais representaram cardumes inteiros engolidos pelos discentes e docentes indígenas até a conquista do reconhecimento legal de que a educação escolar indígena deve ser diferenciada porque, neste caso, a equidade consiste em tratar desigualmente os desiguais. (JÓFEJ, 2010.)

No Brasil, a educação escolar indígena, por muito tempo esteve atrelada na concepção de assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional, no intuito de integrar os indígenas para que assim com o tempo os mesmos desaparecessem. São muitos os relatos e histórias de lideranças indígenas mais velhas que eram proibidos de utilizarem seu idioma dentro das escolas. Depois de décadas de lutas aos poucos são reconhecidos os processos próprios de organização social e educação diferenciada, para tanto podemos citar o marco legal da Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996. Essas lutas foram protagonizadas pelo movimento indígena e principalmente pelos educadores indígenas na busca do respeito pela educação diferenciada que concretizem seus processos próprios de ensino-aprendizagens, suas culturas, crenças e valores, na tentativa de romper séculos de ideologia assimilacionista.

Na prática percebemos a enorme dificuldade em implantar a educação diferenciada. Em muitas escolas vemos somente a contratação de professores indígenas, que é um grande avanço, mas a discussão dos processos próprios de ensino- diferenciado dentro da sala de aula pouco se tem discutido.

Na atualidade, quando se fala em educação escolar indígena, normalmente temos por um lado: currículo indígena, professor indígena, língua e saberes indígenas e, por outro lado: educação e disciplinas escolares, sistemas de ensino, conteúdos legitimados em “grades curriculares”, etc. Duas lógicas de produção de conhecimento, de leitura da realidade que pressupõem o encontro de identidades e diferenças que buscam dialogar sob o paradigma da interculturalidade e construir um cotidiano escolar para os povos indígenas com um novo sentido e um novo significado. Nesta possibilidade de encontro entre culturas produz-se um novo espaço com novas complexidades. (NASCIMENTO, URQUIZA, 2010, p. 115)

Por tudo isso, que queremos uma escola indígena de verdade, específica e diferenciada com diz a lei, que vamos superar os desafios e buscar na sabedoria milenar do povo os conhecimentos necessários para a mudança desta escola. Muitos desafios ainda mas vamos conseguir vencer podem outros tentar deslegitimar nosso sonho de ter uma educação própria mas jamais negar nossa história e existência do povo Laktãõ/Xokleng.

7. RETOMADA DA EDUCAÇÃO PRÓPRIA– PRINCÍPIOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS PARA A ESCOLA LAKLÃÕ

O próprio povo precisa protagonizar e direcionar a educação escolar, construindo uma escola própria, ancorada na autonomia

Para os pesquisadores que se baseiam na cultura ocidental a educação escolar deve ser a partir do ensino daqueles conhecimentos que estão nos livros e que representam apenas o pensamento e a cultura ocidental, que teve origem da Europa e que representa para nós o invasor. Mas, no pensamento Laklãõ, a escola pode ser pensada como complementação um do outro e isso quer dizer que podem conviver juntos diferentes conhecimentos, diferentes formas de aprender, diferentes formas de estar no mundo, uma complementando a outra.

Pensando nisso, na prática de campo que fiz durante o ano de 2022, conversando ao redor do fogo com a comunidade Xokleng, chego a conclusão de que as secretarias de educação que são gestoras das escolas indígenas precisam pensar meios de se adaptar às práticas educacionais próprias de cada povo e direcionar ou encaminhar junto com a escola diferentes formas de fortalecer a cultura do povo, no meu caso do povo Laklãõ/Xokleng.

Pensando nisso, trago como primeira contribuição da minha pesquisa, a necessidade de o próprio povo protagonizar e direcionar a educação escolar, construindo uma educação escolar própria, que precisa ser ancorada na autonomia. Considerando tudo o que já foi citado na pesquisa, a preocupação da comunidade, dos mais velhos e dos professores, que vem tentando colocar nas aulas práticas educacionais e datas comemorativas próprias (calendários), como uma forma de passar o conhecimento ancestral do povo.

Compreendo que ainda é preciso avançar muito, para além das disciplinas que já existem na escola, como Arte Indígena Diferenciada e Língua Xokleng, assim como um orientador em Língua Xokleng. As conquistas, fruto de muito luta, são essas, mais são limitadas. Considerando a forma de ensinar, em vários momentos os mais velhos, os nossos sábios, deveriam estar acompanhando e sendo professores em sala de aula. Mas existem barreiras burocráticas e administrativas para a contratação destas pessoas mais velhas, que tem conhecimento, que são os nossos doutores, mas que não têm os critérios exigidos pelas secretarias de educação para serem contratados para lecionar junto aos outros professores. Eles trariam mais aprendizado aos alunos e aos professores, que teriam com quem aprender,

que continuariam se formando dentro da própria escola.

Acompanhando a escola durante a pesquisa de campo, no recreio e no meio das atividades, observei como é importante a oralidade com os alunos, para verificar em que língua o aluno se comunica diariamente. E se decidirmos ter na escola os conhecimentos e as metodologias indígenas é preciso de material didático da arte indígena, do fogo e da lenha, presentes na sala de aula.

Nossa preocupação, tanto como pesquisador e professor, como sendo uma pessoa Xokleng, vejo com preocupação esse impasse dentro da educação na terra indígena, de uma escola indígena, com professores indígenas, mas com uma Secretaria de Educação que vem impor direcionamentos para que os alunos Xokleng não tenham aprendido como os alunos não indígena, pois nas escolas não indígenas é oferecido um aprendizado que leva em conta os conhecimentos e os costumes dos brancos e é assim que os alunos aprendem.

Já, os costumes, as crenças que são passados de geração em geração, conhecimentos que vem de muito tempo sendo transmitidos pelos povos indígenas, hoje são desconsiderados pelos gestores das políticas educacionais. Como uma forma mais viável de respeito, de aceitação e de construção da escola diferenciada, seria as pessoas da Secretaria de Educação, em conjunto com os professores e comunidade, fazer encontros, rodas de conversas, oficinas, para a melhor compreensão desta educação própria, para aperfeiçoar o atendimento das escolas do povo Laklãnõ/Xokleng. Essa escuta, este diálogo, permitirá que as secretarias de educação tenham uma visão mais aberta, de acordo com as leis que garantem a escola específica e diferenciada, uma educação própria para as escolas indígenas. As leis precisam ser conhecidas e implementadas nas repartições públicas que atendem o povo Laklãnõ. Não é suficiente dizer que compreende a situação e depois falar que a Secretaria de Educação não consegue ou não aceita dar um encaminhamento, uma solução. Uma necessidade das secretarias de educação é reconhecer e conhecer o povo Laklãnõ/Xokleng, se capacitar com o conhecimento e o saber do povo para poder estar presente e apoiar os projetos do ensino e a retomada da educação própria na escola.

Não basta dizer eu conheço os Xokleng se só conhece algumas pessoas, os indivíduos e não o todo do povo e sua vasta história milenar. O que as secretarias de educação precisam é capacitar os agentes públicos que estão envolvido diretamente e indiretamente, que são os zug (não indígena), para que tenham o mínimo de compreensão quando, por exemplo, há uma mudança nos planos de aula. No início do ano é feito o planejamento de aulas para todo o

período, mas isso não quer dizer que não possa mudar durante o ano. Essas mudanças as vezes são observadas com um olhar de julgamento, principalmente se a atividade for levar os alunos para fora da sala de aula, ou só estar passeando com eles, porque a educação e o aprendizado Laklãnõ é em todo momento em todo lugar. **Se aprende em visita, no caminhar e até no silêncio!** A prática do caminhar abre a visão de mundo, pois quando você está ao ar livre até quem está ensinando aprende a fazer mais perguntas e com isso a aula se torna mais produtiva.

Esse ensinar, que é próprio do povo, compreende e aprende o aluno mais do que um ano inteiro dentro da sala de aula, porque você está considerando, na prática, como se ensina ou como era ensinado no passado, no modo de educação ancestral. Isso deveria ser olhado de forma diferente e com mais admiração pelos agentes das secretarias de educação e não como um olhar que avalia, que diz ser perda de tempo, porque, além de ter a formação de professor, o ser Laklãnõ carrega consigo próprio a essência de liderança e de um educador. Foi assim durante muito tempo, esses eram os modos como os conhecimentos eram transmitidos e chegaram até os dias atuais. Portanto, como pesquisador e professor, peço que estes gestores do ensino público busquem apoio nas pesquisas realizadas, como esta, que coloca os modos próprios de educar para aperfeiçoar ou até facilitar a condução de uma educação escolar indígena Laklãnõ. Eu, como pesquisador pertencente ao povo Laklanõ/Xokleng, gostaria que esta pesquisa fosse uma contribuição para que a comunidade escolar indígena tenha uma luz no fim do túnel, com uma escola de qualidade. Nosso sonho, enquanto Xokleng, é que seja reconhecido a educação própria, própria e de qualidade.

Diante da não aceitação dos métodos próprios para ensinar, da não aceitação da educação própria como complementação da educação ocidental, quem perde são as nossas crianças. Por isso, a nossa pesquisa não é para afrontar ou contrariar as orientação impostas pelas secretarias de educação, mais sim para mostrar caminhos de uma harmonia, de uma reciprocidade, de um complemento entre conhecimentos diferentes. Uma escola intercultural, em que o conhecimento de fora e o conhecimento próprio se complementem; em que as metodologias próprias do povo sejam consideradas em todos os sentidos, como no tempo da escola funcionar, como nos modos em que costumamos estar juntos e conversar, com o fogo, com as pessoas mais velhas, com o caminhar.

Com isso, quem ganha são os pequenos Xokleng. A escola será mais aceita por seus pais e por toda a comunidade.

POSFÁCIO

RETOMANDO A UNIVERSIDADE

E assim a universidade abriu portas, não porque ela quis, mas sim é uma dívida histórica com os povos indígenas, então o governo tem que fazer o mínimo pra aceitar nós dentro da universidade, nós como indígenas, mas também negros que são trouxeram eles a força aqui, né?

Temos programas que afirmam a educação própria dos povos, como a Ação Saberes Indígenas na Escola, que como professor e liderança ajudei a idealizar há alguns anos atrás. É um programa nacional, de formação continuada de professores indígenas, que tem por objetivo valorizar e afirmar as línguas originárias, os saberes e conhecimentos próprios, tendo como professores os mestres e as mestras de cada povo, bem como produzir material didático para as escolas indígenas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem um Núcleo do Saberes Indígenas na Escola, por isso nos aproximamos das universidades, que também é um território que estamos ocupando, fazendo a retomada dentro das universidades, fazendo artigos e ocupando espaços em revistas acadêmicas e científicas, para que pessoas não indígenas possam entender o porquê da nossa luta, qual a nossa história, a nossa ciência e a nossa filosofia, pois também temos nosso conhecimento, principalmente nossa ciência, que é o conhecimento tradicional, transmitido pelos nossos sábios.

Outro exemplo é a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que forma professores dos povos Kaingang, Guarani e Xokleng. Neste curso já foram produzidos 45 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), a maioria deles tratando de pesquisa sobre aspectos culturais importantes destes povos. Sou um dos autores de TCC que está por lá, registrado junto aos trabalhos acadêmicos e científicos de estudantes pertencentes a outros povos. Nós, professores indígenas, nos formamos na Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica e foi a primeira turma Xokleng a se formar junto com os parentes Kaingang e Guarani, também em número de 45 de cada povo. Então, não existe muita pesquisa do povo Xokleng. Talvez só vamos encontrar o livro, já citado, do professor Silvio Coelho dos Santos, que conta as atrocidades cometidas na história recente de invasão das terras indígenas. Há também um importante estudo linguístico, realizado pelo professor Namblá Gakrán, que escreveu a dissertação de mestrado *Aspectos Morfosintaxe da Língua Xokleng (Laklãnõ) Jê* (UNICAMP,

2005) e a tese de doutorado *Aspectos Morfosintaxe da Língua Xokleng (Laklãnõ) Jê* (UNB, 2015). Infelizmente Namblá Gakrán faleceu em 2021, vítima da Covid-19, então perdemos mais um sábio de nossa cultura e de nossa língua.

É importante afirmar que num território indígena, fora da sala de aula, tem bastante educação. A educação é aprender andando, então por que tem que estar na sala de aula se pode trabalhar ao ar livre? Nosso povo tem um pensamento diferente para ensinar: mudar o método de ensino, mas sem perder o foco principal que é o objetivo de ensinar o conteúdo da disciplina. Como disse, a educação das crianças é ensinando, aprendendo e andando. De todos os lados isso ocorre. Então, por que tem que estar fechado na sala de aula quando se pode estar ao ar livre?

Os professores Xokleng falam que a Secretaria da Educação de Santa Catarina apoia a educação escolar indígena, mas as iniciativas concretas andam devagar. Por exemplo, a primeira formação do ensino médio em uma escola indígena é recente, foi em 2005: a minha turma foi a primeira a se formar no ensino médio na terra indígena. A minha formação na graduação foi em 2015, e antes disso, teve uma única graduação: a do magistério. Então, os mesmos professores-estudantes do magistério estavam comigo na formatura. Por isso, esses professores, às vezes, trazem uma visão de que a Secretaria da Educação estava do lado dos indígenas. No entanto, uma análise mais crítica mostra que não é isso não, porque é obrigação do Estado fazer essa pedagogia de uma forma a proporcionar conhecimentos pedagógicos diferenciados para o professor indígena. As leis sobre educação indígena no âmbito nacional estavam apertando o governo na época e, portanto, tiveram que tomar providências e cumprir o que determinava a lei. O Estado precisava organizar a educação escolar indígena conforme determinavam as leis. Então, foi a primeira turma que se formou. Antes não havia esse conhecimento de educação escolar diferenciada, pois havia apenas professor indígena se formando com a educação escolar do branco.

Para entender a luta por uma educação escolar de qualidade é válido lembrar que a universidade também é um espaço de luta. Por isso a importância de trazer pra dentro na universidade a fala de liderança Xokleng: “Vale a pena estudar o jogo do adversario, estudar é estratégia de luta, retomando também as universidades”. Estar na universidade não é só cursar o curso escolhido, mas, além disso, é retomar e demarcar como parte do seu território, assim levar esse conhecimento para seu povo. Nossa formação traz para a mesa de negociações um conforto mais tranquilo para fazer nossa defesa como povo indígena Xokleng.

Dessa forma, nós, estudantes do coletivo Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, retomamos as discussões já feitas pelas lideranças em 2008, data das primeiras entradas indígenas através de Ações Afirmativas como parte da reparação histórica, já vinha sendo pensada como prioridade a entrada e a permanência. Quando se falava em permanência, se falava de uma casa própria para estudantes indígenas, como um lugar onde pudessem estar melhor acolhidos. Uma forma de proporcionar que seus estudantes na academia tenham um bom desempenho e, além disso, contribuir para minimizar o preconceito e o racismo.

Porém, esse pedido nunca foi aceito, não foi levando em conta. Quando eu vim conhecer a UFRGS em 2017, já se falava na casa específica para os estudantes indígenas, ou melhor, se voltava a falar, porque o preconceito e o racismo aumentavam. Também era levado em consideração nesta luta por uma casa de estudante indígena, que muitas das estudantes indígenas eram mães ou se tornavam mães durante o curso. Por muitas vezes, a própria administração da casa de estudante (CEU), onde estas estudantes moravam, mandava advertência para as mães, apertando, dizendo que tinham que sair da CEU com seus filhos, porque o regimento não aceitava filhos de estudantes na casa. Com isso, muitas mães mantinham seus filhos escondidos na casa, por teimosa, mas também porque não tinham para onde ir. A UFRGS tem um auxílio de 400 reais para custear aluguel, isso não é suficiente, diante dos valores de aluguel na capital do Rio Grande do Sul.

Nesta caminhada de luta foi feito um documento, entregue para o setor responsável da administração da universidade. Além disso, foi feita uma defesa deste tema, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Psicologia) da estudante Rejane Nunes de Carvalho¹¹ e, também, na dissertação de mestrado de Patrícia Brito Oliveira¹², que trazem a realidade dos estudantes indígenas, especialmente das estudantes-mães. Isso ficou sem solução por 14 anos, solicitações engavetadas. Por muito tempo se ouvia essa história pelos corredores da CEU. Neste período eu ainda não era estudante da UFRGS, escutava e nada podia fazer, porque estava de passagem. Até que no ano de 2020 fui aprovado na Pós-Graduação em Educação - PPGEDU e, assim, me tornei estudante da UFRGS, no mestrado. Vivenciando as

11 CARVALHO, Rejane Nunes de. **Kanhgang Êg My Há**: para uma Psicologia Kaingang. TCC. Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

12 BRITO, Patrícia Oliveira. **Indígena-Mulher-Mãe-Universitária - o estar-sendo** estudante na UFRGS. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

dificuldades, também como estudante-pai, me veio à memória da luta pela casa, dos pedidos encaminhados por papel e que não tinham uma resposta. Buscamos informações sobre os documentos enviados à Reitoria e ficamos sabendo que tinha um protocolo desse documento: mais um papel que estava sobre a mesa da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

Então, buscamos os estudantes para falar sobre o assunto e começamos a nos reunir, junto com Iracema Gatéh Nascimento e Kretã kaingang, lideranças muito conhecidas pelas suas atuações em defesa dos direitos indígenas no Brasil e também no âmbito internacional. Buscamos apoiadores, simpatizantes da causa indígenas, colegas estudantes, professores.... E assim, no dia 6 de março de 2022 retomamos um prédio abandonado, da prefeitura de Porto Alegre, que era a antiga Diretoria de Indústria e Comércio – SMDE, que tinha feito o repasse do prédio como doação da prefeitura para a UFRGS e, ali, continuou a luta do coletivo dos estudantes indígenas, acampados neste prédio quase em frente ao Campus Central, com condições precárias de vida em plena pandemia da Covid-19.

Seguimos lutando por 30 dias, resistindo ao pedido de reintegração de posse feito pela Prefeitura de Porto Alegre, sentido a cada instante o risco de ser tirado do prédio onde estávamos. Fomos ao Ministério Público Federal para denunciar o silêncio da UFRGS sobre o assunto e pedir apoio jurídico para o movimento, em prol de nossos direitos. Nesse tempo veio uma proposta que a UFRGS alugaria um imóvel para o coletivo, mas que os estudantes indígenas teriam que ter uma associação para assumir o pagamento e serem responsáveis pelo prédio e pelo aluguel –com recursos repassados pela UFRGS. Assim, voltamos com essa proposta, que exigia ter a associação oficializada dentro de 15 dias: foi uma correria, atrás de informações de como fazer. Nesse meio tempo outras reuniões foram marcadas, com a PRAE, representantes da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – CAF e Procuradoria da UFRGS. Numa dessas reuniões foi descartado o aluguel da casa, mas as discussões foram tensas e eu mesmo fui ofendido e, até certo ponto ameaçado. Foi marcada uma audiência de conciliação e nesse dia ficamos sabendo que havia três possíveis prédios - um deles poderia ser destinado a casa do estudante indígena. Mais uma semana e saímos com a resposta, com um prédio já definido, onde era a antiga Creche da UFRGS, que, segundo a administração da universidade, estava desativada há mais de 3 anos. Isso foi no dia 24 de março de 2022 e um dia depois de termos sido informados da grande notícia - que tanto esperávamos, foi marcada uma visita à nova casa para o dia 31 de abril.

Porém, fomos surpreendidos por um grande temporal, com chuva e vento muito

fortes, molhando barracas e todas as nossas roupas. Estávamos 100% desabrigados no prédio ocupado e prestes a reiniciar o semestre de aulas na universidade. Diante disso, o coletivo de estudantes indígenas tomou a decisão de antecipar a ocupação da nova casa. E assim fizemos, enfrentando a resistência de pessoas da gestão da universidade. Dona Iracema Gatéh, nossa KUJÁ que nos acompanhava em toda a luta do coletivo, foi autorizada a ficar. Foi uma noite tensa, mas enfim em casa, mesmo que todos tivessem que dormir no chão, estávamos dentro de um teto. Esta foi uma conquista de 14 anos de luta e hoje estamos na Casa do Estudante Indígena. Muita coisa ainda precisa ser feita e muito a ser conquistado na universidade, como ter o primeiro de muitos professores indígenas concursados.

Algumas fotografias registram esta caminhada de RETOMADA da Casa do Estudante Indígena – CEI/UFRGS.

Reunião com vice-reitora. Foto: Arquivo pessoal





Prédio ocupado - antiga Diretoria de Indústria e Comércio – SMDE. Foto. Arquivo Pessoal



Visita da professora Cida, fazendo orientação na retomada. Foto: Arquivo Pessoal



Dia do anúncio da conquista da Casa do Estudante Indígena. Foto: Arquivo Pessoal



Reunião na CEI/UFGS. Foto: Arquivo UJC UFRGS



Estudantes Indígenas ocupando seu território na Universidade. Foto: Arquivo UJC UFRGS



Visita e ocupação. Foto: Arquivo UJC UFRGS



Primeiro dia na CEI, já com o fogo. Foto: Arquivo Pessoal



Primeira noite na casa CEI. Foto: Arquivo Pessoal



Entrega da Casa para estudantes indígenas da graduação e pós-graduação, afirmada pela PRAE.

Foto: Arquivo UJC UFRGS



Dia em que o Coletivo celebra a inauguração da CEI. Foto: Arquivo UJC UFRGS

Banho com ervas com a mestra kujá Iracema Gatéh e kujá Pedro Garcia



A Casa! Foto: Arquivo Pessoal

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Brasília, DF, 1996.
- CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 13/2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena*. Brasília, DF, 2012.
- FERREIRA, Bruno. *Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- FERREIRA, Bruno. *Ūn Si Ag TūPē Ki VēnhKajrãnrãn Fã - o papel da escola nas comunidades Kaingang*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- GAKRAN, Nambla. *Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ*. Tese em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (2015)
- JÓFEJ, Lucia Fernanda. Povos Indígenas e o Direito à Educação no Brasil. In. BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org). *Pensando a educação Kaingang*. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2010.
- NAMBLÁ, Marcondes. *Infância Laklãnõ: Ensaio Preliminar*. TCC Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2015.
- NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Aguilara A.H. Currículo, Diferenças e Identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá. *Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.1, pp.113-132, Jan/Jun 2010.
- NGAMUM PATTÉ, Alair. *Histórias Cotidianas Laklãnõ*. TCC Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2015.
- RAPPAPORT, Joanne; PACHO, Abelardo Ramos. Una historia colaborativa: retos para el diálogo indígena-académico. *Revista Historia Crítica*, N. 29, Bogotá, 2005, p. 39-62.
- SANTOS, Silvio Coelho dos . *Índios e Brancos no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1988, 2ª ed.
- SILVA, Ivone Jagnigri. *MŪ GE KE Kanhgág ag jykre pē ki*. Educação na concepção Kaingang. Dissertação de Mestrado (Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- TUHIWAI SMITH, Linda. *Descolonizando Metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pecb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192